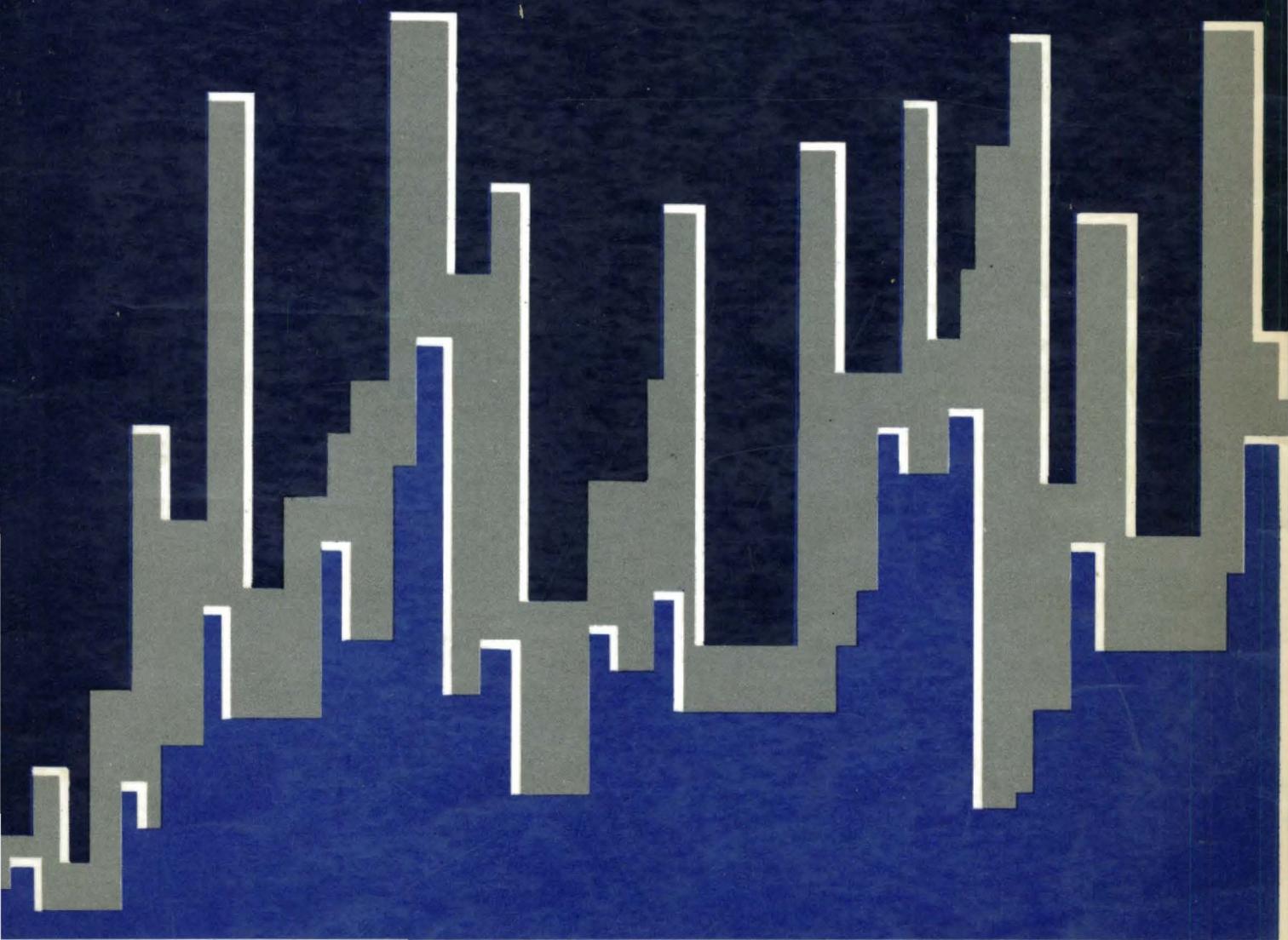


EMPREGO, SUBEMPREGO E DESEMPREGO



RIO DE JANEIRO
1981

PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente: Jessé Montello

Diretor-Técnico:

Marco Antonio de Souza Aguiar

Diretor de Geodésia e Cartografia:

Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração:

Elias Paladino

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal:

Ruy de C. B. Lourenço Filho

Diretor de Informática:

Nelson Hochman

EMPREGO, SUBEMPREGO E DESEMPREGO

Secretaria de Planejamento da Presidência da República
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

EMPREGO, SUBEMPREGO E DESEMPREGO

Rio de Janeiro
1981

IBGE — Diretoria de Administração — Centro de Serviços Gráficos
Av. Brasil, 15.671 — Lucas — Rio de Janeiro — Brasil — CEP 21.241
Livraria — Av. Franklin Roosevelt, 146 — Loja A — Rio de Janeiro — CEP 20.021
ISBN 85-240-0004-X

IBGE

Emprego, subemprego e desemprego / Fundação Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro : IBGE, 1981.

64 p. : il.

Bibliografia : p. 64.
ISBN 85-240-0004-X

1. Empregos. 2. Brasil — Empregos. 3. Desemprego. 4. Desemprego
— Brasil. I. Título.

IBGE. Biblioteca Central
RJ — IBGE/81-49



CDD 331.1
CDU 331.5

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é o resultado de estudos desenvolvidos pela equipe de Estudos e Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos do IBGE.

Como é inerente a todo trabalho de análise, a responsabilidade por opiniões e interpretações nele apresentadas é exclusivamente dos autores, relacionados a seguir: Cleber Félix, Doris Rinaldi Meyer, Helena Alvim Castello Branco e Lucia Maria de Miranda Pacheco.

SUMÁRIO

1	– INTRODUÇÃO.....	9
2	– ALGUNS ESTUDOS SOBRE O TEMA DO EMPREGO	11
2.1	– As diversas correntes de análise.....	11
2.2	– As categorias “Emprego”, “Desemprego” e “Subemprego” – algumas questões	24
3	– AS ANÁLISES EMPÍRICAS: PROBLEMAS OBSERVADOS.....	29
4	– A PNAD MÃO-DE-OBRA.....	37
4.1	– Aspectos gerais de sua evolução	37
4.2	– Modificações básicas na estrutura do questionário.....	41
4.3	– Posição na ocupação: seu lugar na estrutura do questionário	44
4.4	– Análise das categorias da posição na ocupação.....	45
5	– CONCLUSÃO	49
5.1	– Retomando questões teóricas.....	49
5.2	– Algumas sugestões.....	51
ANEXOS		
	Quadro 1 – Empregado.....	53
	Quadro 2 – Trabalhador por conta-própria.....	54

Quadro 3 – Empregador.....	55
Quadro 4 – Membro da família sem remuneração.....	56
Quadro 5 – Parceiro.....	57
Questionário da PNAD Mão-de-Obra 1968.....	58
Questionário da PNAD Mão-de-Obra 1973.....	60
Questionário da PNAD Mão-de-Obra 1976.....	62
Questionário da PNAD Mão-de-Obra 1979.....	63
BIBLIOGRAFIA.....	64

1 — INTRODUÇÃO *

O tema do "emprego" é hoje um dos pontos centrais de interesse nas discussões sobre a economia brasileira, quer elas se dêem no âmbito mais acadêmico ou no âmbito das instituições de pesquisas governamentais encarregadas de fornecer elementos para as políticas econômicas. Exemplos significativos da generalidade da preocupação com o tema são, de um lado, os estudos sobre mercado de trabalho em curso na UNICAMP,¹ o projeto *Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste* realizado entre 1975 e 1977 no Museu Nacional² e, de outro, a implementação por parte do IBGE de uma pesquisa mensal que permite compor um quadro permanente das variações do "emprego/desemprego" nas regiões metropolitanas. Esta preocupação, contudo, não é nova. Como assinala Leite Lopes,³ já nos anos 60 observa-se que, tanto nas análises dos economistas ligados à corrente cepalina quanto nas declarações das autoridades em política econômica, o tema é objeto especial de considerações.

No período 68-73, quando se verifica um relativo crescimento da economia, as questões do "emprego" saem da ordem do dia nas discussões de intelectuais e técnicos, sendo suplantadas pelo tema da "distribuição de renda". Através da análise desse tema alguns estudos procuram realizar uma crítica do modelo brasileiro, contrapondo à "apologética das taxas de crescimento" a importância da mensuração da "distribuição de renda" como medida de avaliação do desempenho da economia. Esses estudos distinguem-se das análises que tomavam o "emprego" como o centro de suas preocupações, no início da década de 60, na medida em que utilizam técnicas estatísticas altamente sofisticadas, o que leva a uma abstração da realidade social que as discussões sobre o tema do "emprego" não permitiam. O debate em torno do "emprego" suscitava algumas questões sobre as formas de organização da produção e/ou sobre as condições de trabalho, que a discussão da "distribuição de renda" não examina. Além disso, os próprios conceitos utilizados — "subemprego", "desemprego", "desemprego disfarçado" — são, na sua origem, já referidos historicamente (situações de crise das economias capitalistas ou situações de subdesenvolvimento), o que implica uma análise da situação concreta onde serão aplicados. Por outro lado, a discussão sobre a "distribuição de renda" realiza-se de início em um

¹ O texto de Souza, Paulo Renato, *Salário e Mão-de-Obra Excedente*, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, Campinas, 1978, é produto dessa pesquisa.

² Este projeto foi realizado no âmbito do Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional a partir de um convênio entre UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE e teve como coordenador o Professor Moacir Palmeira.

³ Leite Lopes, José Sérgio, *Notas Críticas ao Desemprego e Subemprego no Brasil*, Janeiro/1976 — M.N. — RJ.

* Participaram das discussões da bibliografia: Fernando José de Araújo Abrantes, Jane Souto de Oliveira, Lucia Elena Garcia de Oliveira, Marion Kelson, Rodolfo de Castro Souza Filho e Rosa Maria Porcaro. Convém destacar a participação de Rodolfo de Castro Souza Filho na redação da versão preliminar da parte II deste trabalho.

contexto técnico, respondendo às necessidades pragmáticas do planejamento econômico de curto prazo, ampliando-se posteriormente.

No contexto desta última discussão, a questão do "emprego" volta a ser tratada sem, contudo, aprofundar a necessidade de especificação histórica, guardando uma certa complementariedade em relação ao tema da "distribuição de renda". Como afirma Leite Lopes, nesses trabalhos a economia brasileira é vista pela ótica do "setor moderno", sendo o "subemprego" definido pela produtividade, pela renda e pelo padrão de consumo, "onde então os estudos estatísticos de distribuição de renda vêm complementar o tema do emprego assim tratado"⁴. Considerando o "subemprego" um resíduo marginalizado da sociedade moderna, a literatura voltada para a política econômica "ignora" a existência de formas distintas da produção, sujeitas a leis próprias de funcionamento, como a economia camponesa ou a economia do "latifúndio" e, como a outra face da mesma moeda, fazem abstração das condições de trabalho dentro do próprio setor moderno.

Na discussão sobre o tema há, entretanto, autores que se posicionam de uma forma crítica à abordagem acima referida — como o autor citado — e outros que propõem enfoques que, pelo menos à primeira vista, trilham caminhos diferentes. Nesses debates estariam incluídos autores ligados à visão sociológica da teoria da "marginalidade", tentando mostrar as relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e este fenômeno; as análises do "mercado formal" e "não-formal", onde o primeiro é visto como expressão de situação de "emprego" e o segundo englobaria as diversas formas de "desemprego" e "subemprego"; e finalmente as análises de autores que tentam discutir o tema a partir das diferentes formas de organização da produção.

Na primeira parte deste trabalho procuraremos analisar brevemente algumas correntes que tratam do assunto, no que diz respeito fundamentalmente a estudos que discutem a economia brasileira, estando cientes de que, mesmo nesse âmbito mais restrito, estamos analisando uma pequena parcela de autores, o que traz limitações ao nível das conclusões a serem tiradas. De qualquer forma, consideramos que são autores suficientemente representativos para possibilitar o levantamento de algumas questões presentes nas diversas correntes do pensamento econômico-sociológico, além de detectar pressupostos básicos que parecem guiar esta discussão. Na segunda parte, a preocupação será examinar os dados analisados por alguns desses autores, em especial aqueles que trabalham com dados estatísticos, com o objetivo de perceber as dificuldades enfrentadas por eles na tentativa de integrar teoria e análise empírica. Com isto pretendemos suscitar algumas questões que abram caminho para uma reflexão acerca dos levantamentos sobre mão-de-obra integrantes das pesquisas oficiais — em particular a PNAD — reflexão essa que contribua para o aprimoramento da coleta de dados e nesse sentido, para o avanço dos estudos sobre o tema.

⁴ Leite Lopes, J. S., op. cit., p. 5.

2 - ALGUNS ESTUDOS SOBRE O TEMA DO EMPREGO

2.1 - As diversas correntes de análise

Entre os vários estudos que tratam do tema do "emprego" o de Cláudio Salm e F.S. O'Brien pode ser considerado representativo de uma das posições em jogo no debate sobre o assunto. O artigo *Desemprego e Subemprego no Brasil*⁵ é importante, tanto por apresentar uma retrospectiva do pensamento econômico pós-keynesiano, como por suas próprias formulações. Simultaneamente à análise que faremos desse artigo, utilizaremos o trabalho de José Sérgio Leite Lopes⁶ que se constitui numa crítica às questões levantadas pelos autores acima citados.

Preocupados em reavaliar criticamente a utilização de termos como "subemprego" e "desemprego", numa tentativa de repensá-los de acordo com a realidade brasileira, Cláudio Salm e F.S. O'Brien procedem à exposição do problema do "desemprego" dentro do pensamento econômico. Não nos deteremos aqui nas origens das questões sobre o "desemprego", limitando-nos a um breve comentário a respeito das formulações dos autores. Segundo eles, a preocupação com este problema surge com o que chamam de "revolução keynesiana" na metade da década de 30.

"No século XIX já se dá alguma atenção ao problema, mas apenas como subproduto da teorização sobre os ciclos econômicos. O desemprego era visto como um fenômeno cíclico, temporário, essencialmente autocorretivo através das forças de um mercado competitivo"⁷.

O grande mérito de Keynes teria sido demonstrar que mesmo numa situação de concorrência perfeita no mercado de trabalho, isso não significava que a economia estivesse em pleno emprego; dito de outra maneira, o "desemprego" não desapareceria automaticamente quando o mercado estivesse numa posição de equilíbrio. Ainda na mesma década, Joan Robinson introduz a noção de "desemprego disfarçado", procurando explicitar um fato comum na época, o de se perder um "emprego" de boa remuneração e alta produtividade, para aceitar outro "inferior" como alternativa ao "desemprego" total.

O esboço do desenvolvimento da teoria do "desemprego" feita por Salm e O'Brien limita-se a considerar somente uma corrente do pensamento econômico, omitindo a abor-

⁵ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S. *Desemprego e Subemprego no Brasil* RBE. 24(4); out/dez 1970, RJ.

⁶ Leite Lopes, J.S., op. cit.

⁷ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit., p.93.

dagem dos economistas clássicos que seria de grande auxílio no aprofundamento do tema em pauta. Comentando essa omissão José Sérgio Leite Lopes acrescenta:

“um dos motivos a mais para a abstração dos clássicos pode ser percebido no caráter pragmático da corrente keynesiana em oposição a seus antecessores tanto clássicos como neoclássicos: a importância dada à intervenção do Estado na economia”⁸.

A opção dos autores em considerar Keynes como o marco a partir do qual realizam sua “revisão bibliográfica” está vinculada, assim, à preocupação que nos parece central no artigo: a de fornecer subsídios às políticas econômicas⁹. O “desemprego” é visto como “problema” que exige a intervenção do Estado e, nesse sentido, recebe dos autores um tratamento pragmático. Tal visão pressupõe a existência de relações diretas entre a participação do Estado e o funcionamento da economia, onde os conflitos sociais são eliminados e tanto a economia como o Estado compreendidos como “algo acima” dos grupos sociais. Como veremos mais adiante, a preocupação em fornecer elementos para a política econômica faz com que os autores encaminhem sua análise empírica em um determinado sentido que não decorre necessariamente da discussão conceitual realizada na primeira parte do artigo. Nesta parte, Salm e O’Brien tentam repensar a literatura, num esforço considerável que não é, contudo, apropriado devidamente na segunda parte, na análise dos dados.

Se na “revisão bibliográfica” os autores criticam o que chamam de “transplante” das teorias de “desemprego” dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, a proposta que elaboram para análise da realidade brasileira acaba por incorrer no mesmo equívoco. O exemplo mais flagrante é a construção tipológica que formulam para o estudo do “subemprego”, constituída de quatro tipos¹⁰. O primeiro deles é encontrado nas sociedades tradicionais, estando vinculado ao que os autores denominam “fenômeno da curva reversiva da oferta de trabalho”, expressando a idéia de que “as pessoas com comportamento tradicional só trabalham o necessário para assegurar um nível mínimo de vida e qualquer tentativa de tornar este trabalho mais eficiente ou aumentar a remuneração por unidade de esforço resultará simplesmente em menor número de unidades oferecidas”; o segundo é o caso do camponato de fronteira, desligado do mercado e voltado exclusivamente para o autoconsumo; o terceiro é identificado ao “desemprego” ou “subemprego sazonal agrícola” e o quarto à situação em que parte dos trabalhadores está *em excesso* durante todo ano na agricultura, o que chamam “mão-de-obra excedente” ou “desemprego disfarçado”.

O primeiro problema dessa construção é o de não conseguir explicitar se os tipos de “subemprego” enunciados foram elaborados a partir da literatura analisada e que pretendem criticar, ou se são construídos a partir da realidade específica dos países não desenvolvidos. Ao que parece a primeira hipótese estaria mais próxima à compreensão de ambigüidade da tipologia, pois vem reforçá-la uma segunda questão: a diversidade de critérios utilizados para a classificação dos tipos. Enquanto os dois primeiros têm como referência situações sociais definidas, os dois últimos estão relacionados de maneira vaga à realidade dos “países pobres”. É interessante notar que são justamente os dois últimos os considerados mais representativos da situação de “desemprego” e “subemprego” em nossa sociedade, sendo os dois primeiros descartados como irrelevantes. Além disso, entre os dois últimos — “subemprego sazonal” e “mão-de-obra excedente” — os limites parecem ser tão fluídos, um não excluindo a ocorrência do outro no caso de uma mesma mão-de-obra,

⁸ Leite Lopes, J.S., op. cit., p. 8.

⁹ “Na parte 2, analisam-se os dados brasileiros chegando-se a certas conclusões que podem servir à política de emprego no Brasil”, Salm, Cláudio O’Brien, F.S., op. cit. p. 93.

¹⁰ Para tal, ver Salm, Cláudio e O’Brien, F.S., op. cit., p. 96.

que seria importante relacioná-los a situações sociais específicas dos países subdesenvolvidos. Portanto, o que se percebe, a partir do levantamento dos problemas relativos à construção tipológica, é que eles expressam as dificuldades que os autores têm em romper com os modelos que pretendem negar, e como sua análise no final se fundamenta na reprodução destes modelos.

Ainda na tentativa de aprofundar a crítica do desenvolvimento da teoria do "desemprego disfarçado" nos países subdesenvolvidos, os autores se detêm no último tipo da construção tipológica, a "mão-de-obra agrícola excedente". Tomam como referência o trabalho de Arthur Lewis e T.W. Schutz¹¹ que afirmava ser 25% da população agrícola totalmente supérflua, e definia "mão-de-obra excedente", ou "desemprego disfarçado" na agricultura como trabalho de "produtividade marginal nula", dadas as quantidades de outros insumos como terra e capital, e um dado nível tecnológico¹². As críticas que os autores levantam em relação a esse estudo têm importância na medida em que há uma tentativa de reformular a definição de "desemprego disfarçado" vinculada à noção de "produtividade marginal nula". Recorrendo ao trabalho de Ellis¹³, que afirma ser difícil aceitar uma situação onde os trabalhadores agrícolas não agregassem nada ao produto final (sempre há algo a fazer), Salm e O'Brien tentam relativizar a noção de "produtividade marginal nula" a partir da definição de trabalho excedente como "aquele cujo valor (produtividade marginal) é inferior a seu custo de produção. No caso do trabalho, o custo de subsistência"¹⁴.

O conceito de "subsistência" é introduzido na expectativa de uma melhor definição do "subemprego" na realidade brasileira, o que acarreta uma mudança de enfoque do objeto de estudo, na medida em que a natureza da categoria "subsistência" difere da de "produtividade marginal". Segundo Leite Lopes, sendo a categoria "subsistência" determinada historicamente, a sua introdução cria condições para se estudar os "fenômenos de superpopulação e desemprego específicos a cada sistema econômico, através da relação entre a produção e produtividade própria àquele sistema e sua subsistência específica"¹⁵. Salm e O'Brien, entretanto, não exploram essa possibilidade. Por excluírem da revisão crítica da literatura sobre "desemprego" e "subemprego" os economistas clássicos, acabam desconsiderando estudos bastante depurados sobre o conceito de "subsistência", que poderiam ser de grande ajuda e bastante elucidativos na compreensão do problema. Mesmo com a introdução deste conceito os autores persistem na associação do "subemprego" à categoria de "produtividade marginal". Tal associação se dá na medida em que tomam como ponto de referência analítica o setor moderno capitalista, definindo o "emprego" como aquela situação que corresponde à produtividade exigida por este setor.

A importância do trabalho *Desemprego e Subemprego no Brasil* está ligada à tentativa de romper com uma análise "transplantada" de situações inadequadas à nossa realidade, mas acaba sendo tragada pela visão etnocêntrica que permeia o pensamento dos autores. Isto ocorre, de um lado, por não conseguir desembaraçar-se de modelos já estabelecidos de análise do "desemprego" e "subemprego", e de outro, por tomar como ponto básico de compreensão do sistema econômico a racionalidade capitalista, excluindo todas as demais formas econômicas que possuem uma racionalidade própria.

Essa posição contraditória entre a pretensão da crítica e a formulação final fica mais clara na segunda parte do artigo, onde os autores, através dos dados estatísticos¹⁶, empreendem uma análise empírica da situação do "desemprego" e "subemprego" no Brasil. Notamos

¹¹ O trabalho de Arthur Lewis e T.W. Schultz foi apresentado às Nações Unidas em 1957 se detendo em estudos específicos em regiões da Ásia, principalmente Índia e Paquistão, citado por Cláudio Salm e F.S. O'Brien.

¹² Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit., p. 98.

¹³ Ellis, Howards — *A Note on Unemployment in Underdeveloped Countries*, citado por Cláudio Salm e F.S. O'Brien.

¹⁴ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit. p.100.

¹⁵ Leite Lopes, J.S., op. cit., p.46.

¹⁶ Os dados utilizados foram exclusivamente os da PNAD 1968.

descolamento entre a análise "teórica" e a "empírica" feita por eles, o que parece estar ligado à própria preocupação com as formulações de política econômica. Além disso, essa defasagem pode ser reafirmada pelo fato de na primeira parte do trabalho a análise ter-se detido na mão-de-obra agrícola, para finalizar com o estudo empírico da mão-de-obra não-agrícola¹⁷. Esse descolamento dos dados em relação à parte teórica vem confirmar a colocação sobre a dificuldade que os autores têm em perceber a dinâmica específica de outras formas de produzir, reproduzindo um modelo onde a concepção de economia como um todo homogêneo leva a que sua análise não considere os interesses dos diferentes grupos sociais em jogo na realidade.

A preocupação com o tema do "emprego" não é exclusiva do pensamento econômico, tendo a sociologia também apresentado contribuições que abriram novas perspectivas de análise. Neste campo, é a chamada "teoria da marginalidade" o lugar por excelência da discussão em torno do tema. Essa discussão corre paralelamente ao debate propriamente econômico sobre o "emprego", tendo-se desenrolado na década de 60 vinculada aos estudos que procuravam compreender as características do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. No cerne de tal discussão está a tentativa de explicar a existência de uma ampla camada da população que não participa dos benefícios do sistema sócio-econômico — o que é associado no plano econômico ao "desemprego" e ao "subemprego" — tomando como ponto de partida o desenvolvimento do capitalismo nos países da América Latina.

Entre as várias perspectivas de análise da "marginalidade", havia a que procurava explicar o fenômeno a partir da visão dual do "setor moderno" em oposição ao "tradicional", sendo que este último tenderia a ser absorvido quando do alastramento de um tipo de civilização industrial para o "resto" da sociedade. São particularmente representativos desta visão os trabalhos de Gino Germani¹⁸. As críticas que surgiram a tal abordagem permitiram uma mudança de foco de análise, e é no trabalho de Lúcio Kowarick¹⁹ que se observa a tentativa de redefinir o fenômeno em função da inserção dos agentes da estrutura produtiva²⁰. De acordo com o autor, a análise centrada numa visão dualista acaba por tratar a História não como oposição entre grupos sociais e sim, através de "adicionamentos (do simples ao complexo) e particularizações (do difuso ao especializado) que definem as características funcionais das estruturas modernas"²¹. A nova proposta formulada por Kowarick, procura explicar o fenômeno da "marginalidade" como produto da própria acumulação de capital. Com isso tenta-se romper com a visão dual "moderno" × "tradicional", mostrando como a existência de setores caracterizados como não tipicamente capitalistas se constitui em uma necessidade do próprio capitalismo.

Segundo o autor, na América Latina o fenômeno da "marginalidade" possui características próprias, de acordo com a especificidade com que se desenvolveu o capitalismo nesses países, marcado pela situação de dependência. Não se trata aqui de se ater a discussão sobre a teoria da dependência e sim de tentar articulá-la com o fenômeno da "marginalidade". A relação entre os países "centrais" e "periféricos" não pode ser entendida, de uma maneira mecânica que coloque esses últimos como meros receptores e reflexos da dinâmica dos países dominantes. Ao contrário, as sociedades ditas dependentes, quando dos

¹⁷ Segundo Cláudio Salm e F.S. O'Brien isso se deve à falta de informações mais específicas sobre a mão-de-obra no campo.

¹⁸ Germani, Gino — *Sobre alguns aspectos teóricos de la marginalidad*, Santiago, Chile, 1970. — "Consideraciones ideológicas y teóricas sobre la marginalidad urbana en América Latina", Center for Advanced Study in Behavioral Sciences, Department of Sociology, Harvard University, 1972.

¹⁹ Kowarick, Lucio — *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Paz e Terra, R.J., 1977.

²⁰ "O conceito de marginalidade que procuramos desenvolver é equacionado em termos do processo de inserção no sistema produtivo". Kowarick, Lúcio, op. cit., p. 84.

²¹ Kowarick, Lúcio, op. cit., p. 60.

impactos de fora, rearticula-se estruturalmente tanto ao nível interno como na sua relação com os países centrais. A compreensão do fenômeno da "marginalidade" implica a análise mais ampla de todos estes processos, "na medida em que a situação de dependência é central na forma de acumulação que marca os países latino-americanos" ²². A forma abrupta com que o capital estrangeiro monopolista foi introduzido nos países latino-americanos tem reflexos na inserção da mão-de-obra na estrutura produtiva, levando com que uma grande parcela da força de trabalho seja absorvida pelo capital, e caracterizada como "marginal" aquela que ingressa em "novas" relações de produção não-tipicamente capitalistas e/ou nas formas "tradicionais". A "marginalidade" surge, assim, dentro do próprio sistema capitalista que cria e recria relações de produção de "caráter novo" e "antigo" necessárias à reprodução desse sistema.

Para Kowarick a inserção dos agentes sociais na divisão social do trabalho é o que possibilita distinguir entre os chamados "trabalhadores marginais" e "não-marginais". Essa distinção é caracterizada, segundo ele, a partir do grau de exploração distinto a cada um deles, com os últimos vinculados diretamente ao sistema capitalista de produção, que tem como forma fundamental de exploração a apropriação do excedente gerado pela força de trabalho. Os "trabalhadores marginais", por outro lado, estão ligados às relações de produção que não podem ser caracterizadas como nitidamente capitalistas. O autor tem a preocupação em enfatizar que não se trata de distinguir dois grupos, pelo contrário, ambos fazem parte da classe trabalhadora, diferenciando-se na forma de exploração que o capital lhes impõe. Nesse sentido, seria necessário um aprofundamento da análise da inserção dos grupos "marginais" no processo de acumulação, o que possibilitaria uma melhor caracterização do tipo de exploração a que estão submetidos ²³.

Na tentativa de elucidar as questões sobre os diferentes tipos de exploração, Lúcio Kowarick trabalha com o conceito de "superexploração" para as "antigas" formas de inserção no sistema produtivo — indústria a domicílio e artesanato —, sendo que para as "novas" — formas autônomas do setor terciário — esse conceito não seria pertinente. Nessa dificuldade em caracterizar o tipo de exploração que se estabelece nas "novas" formas de inserção da mão-de-obra, apropria-se de critérios como grau de sofisticação dos instrumentos de trabalho, a divisão de tarefas mínimas etc ..., critérios esses que só têm sentido se comparados com os do setor moderno. Falar em tecnologia rudimentar não seria referir-se a um modelo tecnológico sofisticado empregado no setor moderno capitalista?

Na especificação dos grupos "marginais", o autor distingue: as formas artesanais e a indústria a domicílio, onde não existe ruptura entre o trabalhador e seus meios de produção; a mão-de-obra autônoma caracterizada pelo desempenho de tarefas com pouca especialização; o serviço doméstico remunerado; o conjunto da força de trabalho que participa das unidades capitalistas de produção de maneira intermitente; e o desemprego crônico ou trabalho ocasional ou sazonal. Considerando os grupos "marginais" como um segmento da classe trabalhadora, Kowarick nega a importância da utilização do dado "renda" como fundamental para a compreensão do problema, insistindo na necessidade de se diferenciar no interior desta classe a situação dos grupos no processo produtivo. Para explicitar a distinção interna à classe trabalhadora entre os chamados "trabalhadores estáveis" e os "marginais", o

²² Kowarick, Lúcio, op. cit., p. 75.

²³ É necessário ressaltar que, de acordo com o autor, o excedente gerado pelos grupos "marginais" não é determinante no excedente da economia como um todo, o que significa que tem uma participação pequena. Sua importância está ligada ao fato de possibilitar o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Os grupos "marginais" são também associados pelo autor ao "exército industrial de reserva", tendo duas funções básicas para a acumulação: no ciclo de expansão estão disponíveis para serem absorvidos pelo setor moderno, enquanto que no ciclo de retração das atividades econômicas, pressionam para que se mantenha a má remuneração do trabalho.

autor introduz as categorias de “mercado formal” e “mercado informal”, o que nos remete ao estudo de Luís Antônio Machado da Silva que analisaremos logo adiante ²⁴.

Mesmo reconhecendo a existência de formas distintas de produzir, o autor parece recair na visão dualista que pretende negar ao longo de sua exposição, contrapondo as formas “arcaicas” às “modernas” e utilizando critérios como nível de tecnologia, maior ou menor especialização do trabalho, para distingui-las. Nesse sentido, deixa de apreender a especificidade própria às formas não tipicamente capitalistas, englobando-as no conceito de “marginalidade”. Esta postura reafirma a visão dualista do autor, que acaba por trabalhar com dois pólos estanques: o sistema capitalista e os grupos “marginais”. Preocupado em compreender o processo mais geral de acumulação de capital e o funcionamento do sistema capitalista como um todo, Kowarick pensa o fenômeno da “marginalidade” em função deste processo sem que haja uma análise interna das diversas formas de produzir.

O trabalho de Luís Antônio Machado da Silva, embora referido ao tema da “marginalidade”, distingue-se do de Kowarick pelo tipo de abordagem e pelo recorte que traça na realidade. Por um lado, sua intenção não é focar a inserção da força de trabalho no sistema produtivo, mas analisar o mercado de trabalho dentro de um universo previamente delimitado: o do “trabalho manual urbano, qualificado e não-qualificado”. Sua abordagem, por outro lado, privilegia o ponto de vista do trabalhador, no contexto de uma análise sócio-antropológica, onde se procura apreender a estrutura do mercado a partir da organização concreta do trabalho. O estudo aborda o tema da “marginalidade” na tentativa de refletir criticamente sobre os modelos interpretativos desse fenômeno que, segundo o autor, apresentam-se defasados em relação à dinâmica social concreta ²⁵. Para Machado, a maioria das formulações da chamada “teoria da marginalidade” incorre em alguns equívocos, que derivam da falta de vivência da realidade estudada, evidenciada nos próprios modelos de análise.

“Numa palavra: desconhecia-se o significado da realidade para as populações envolvidas, de modo que o material empírico (reduzido e pouco detalhado) usado como suporte para as proposições teoricamente deduzidas era interpretado tomando-se como referência os grupos sociais dos quais faziam parte os investigadores” ²⁶.

No diálogo com esses trabalhos, o autor, como já dissemos, centra o estudo no “trabalho manual urbano (metropolitano) qualificado e não qualificado”, coletando dados nas cidades de Recife, Salvador, Fortaleza e, em especial, Rio de Janeiro. A partir disso constrói seu modelo de análise do mercado de trabalho, onde identifica dois tipos de mercado: o “formal” e o “não-formal”. Segundo ele, o mercado se diferencia em dois tipos de empregador: a firma e o indivíduo, à primeira estando associado o “mercado formal” e ao segundo o “mercado não-formal”. Esses tipos de mercado constituem dois subsistemas “altamente institucionalizados de modo que a dicotomia formal/informal indica neste contexto apenas a exploração ou não das alternativas de comportamento sob a forma de normas jurídicas” ²⁷.

O “mercado formal” tem como característica principal a estabilidade tanto econômica quanto social que costuma definir o “emprego” regular, enquanto no “mercado não-formal” o trabalhador se vincula a vários “patrões” onde a distribuição dos riscos é elemento definidor. Entre os estudiosos do assunto, é comum se associar as atividades do “mercado

²⁴ Machado da Silva, Luís Antônio — *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*, R.J., Universidade Federal, 1971 (mimeo).

²⁵ O autor possui uma vivência da realidade concreta dos grupos sociais em questão, proporcionada pelo fato de ter trabalhado durante longo período no que ele denominou o “coração ecológico da marginalidade” (as favelas).

²⁶ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 5.

²⁷ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 13.

não-formal" ao "subemprego", conceito esse que Machado coloca de lado, procurando mostrar as dificuldades em se caracterizar de maneira estanque os dois tipos de mercado e dando ênfase aos casos liminares. A relativização da categoria "subemprego", leva o autor a utilizar o termo "emprego" para o "mercado formal" e "ocupação" para o "mercado não-formal". O uso da categoria "emprego" referida ao trabalhador vinculado a um só patrão e de "ocupação" a vários patrões procura, de um lado, evitar que o debate se centre na aplicação formal da categoria "emprego" e, por outro, colocar como preocupação principal a necessidade de se distinguir a situação de trabalho nos dois mercados.

A carteira de trabalho assinada é um dos principais elementos que define a participação em condições "normais" dentro do "mercado formal". Com ela, se reconhece a existência legal do empregado que passa a participar de seu código, com os direitos e deveres previstos na legislação trabalhista.

Mas o reconhecimento jurídico e social não parece ser suficiente para caracterizar a participação no "mercado formal", pois mesmo tendo em conta que o empregador típico desse mercado é a firma registrada, isso não implica que não haja irregularidades jurídicas nas relações de trabalho. Ao contrário, Machado constata que, principalmente nas firmas de pequeno porte, as irregularidades são grandes ²⁸.

Finalmente, teríamos o caso mais radical de inserção no "mercado formal", nas chamadas firmas sem registro, onde não há reconhecimento jurídico nem social. É interessante notar que "não se pode dizer delas que têm uma atuação ilegal já que não funcionam à margem da lei, mas antes "apesar da lei" ²⁹. A situação de trabalho nesses casos não pode ser vista como "típica" do "mercado formal" na medida em que não podemos falar de "emprego" regular e/ou estável, e sua importância está no caráter ambíguo que encerra e o coloca na liminaridade entre os dois mercados.

Mesmo com todas as ambigüidades, o que caracteriza o "mercado formal" é a relação do empregado com um único empregador. No caso das firmas não registradas, onde não se pode falar de "emprego", observa-se um "caráter familiar ou quase familiar" que cria uma organização *sui generis* dessa atividade, que difere das firmas reconhecidas. Existe uma grande "personificação" da atividade econômica que "afeta" a própria qualidade do "emprego": "o empregado não se defronta com problemas específicos de manutenção do emprego, mas envolve-se com a estabilidade e sucesso da própria firma" ³⁰.

O traço fundamental do "mercado não formal" seria seu caráter "invisível", independente do aparato jurídico institucional do "mercado formal" e, assim, sem qualquer tipo de reconhecimento oficial. Além da característica de ter vários patrões, onde o consumidor se identifica com o empregador, o "mercado não formal" não se define por uma relação pessoal de mercado, ao contrário, pela existência de laços de clientela — "contatos" — que são fundamentais para os indivíduos que integram as situações de trabalho inseridas nesse mercado. São os laços de clientela que possibilitam a estabilidade e uma certa segurança ao trabalhador de manter algum trabalho em qualquer período. Segundo Machado, o que é "típico" do "mercado não-formal" é, de um lado "o forte significado econômico das relações pessoais" e, de outro, "que o trabalhador torna-se cliente de um número variável de patrões, embora estes não sejam os únicos consumidores de seus serviços" ³¹.

Uma primeira distinção percebida na situação de "emprego" no "mercado não-formal" em relação ao "mercado formal" é que, no primeiro, a estabilidade e a segurança da ocupação dependem do próprio trabalhador que não está envolvido juridicamente com seu empregador,

²⁸ A venda das férias e os acordos de indenização quando o empregado é demitido sem justa causa são os exemplos mais comuns dos "recursos" usados pelas firmas para desvirtuar as leis.

²⁹ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 22.

³⁰ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 28.

³¹ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 31.

apesar disso não significar que ele esteja totalmente "independente". Nesse sentido, os laços de clientela têm como função substituir a proteção legal, o que acarreta a necessidade de uma rede de contatos que possibilite um número suficiente de patrões e conseqüentemente de trabalho. Todos esses fatores têm influência na maleabilidade do "mercado não-formal" que se expressa através da distribuição dos preços e da estabilidade da ocupação.

A determinação dos preços no "mercado não-formal" é bastante variável, pois se dá numa relação direta entre o trabalhador e o patrão, onde o primeiro tem grande influência pessoal. Quanto à questão da estabilidade, Machado observa que no "mercado não-formal" existe "uma relação inversa sobre a segurança da ocupação, entre a influência da qualificação profissional e das variáveis ligadas à "personificação": quanto maior a habilidade técnica necessária ao desempenho da ocupação, menor a importância relativa das relações pessoais ³².

Entre as ocupações que fazem parte do "mercado não-formal" estariam: os trabalhadores por conta própria, com certa independência no mercado, na medida em que possuem habilidade profissional e a posse dos instrumentos de trabalho, o que implica uma relação menos direta com os laços de clientela; os biscaterios, que representariam a ocupação típica do "mercado não-formal" cuja segurança depende de maneira marcante das relações pessoais e com grande "personificação" da atividade econômica; e finalmente as atividades domésticas que se distinguem entre "serviços domésticos" e "emprego doméstico" ³³.

Como vimos anteriormente na corrente teórica que discute a "marginalidade", essas ocupações englobariam os grupos de trabalhadores classificados como "marginais" e em situação de "subemprego". Se, por um lado, a análise de Machado nos dá a possibilidade de encararmos a questão não mais como se os indivíduos estivessem "subempregados", mas procura entender de que forma essas ocupações ditas "marginais" funcionam na estratégia de sobrevivência do trabalhador, por outro, ela se restringe ao nível da circulação ainda que saindo do âmbito do mercado no sentido convencional para tentar apreender como o trabalhador se utiliza desse mercado.

No trabalho de Machado percebemos a preocupação em romper com uma análise estanque da realidade, mostrando como o binômio "emprego/ocupação" não expressa situações distintas ou mesmo antagônicas, pelo contrário, há possibilidade de concomitância entre eles, ou seja, é extremamente comum o exercício paralelo de mais de um tipo de "emprego e ocupação" ³⁴. Ora, essa concomitância revela a estratégia do trabalhador em termos de um maior controle do mercado que permite a manutenção de uma situação de trabalho alternativa. Como afirma o autor, "o estudo dos mercados de trabalho manual, portanto, deve ter presente que os diversos tipos de "emprego"/"ocupação" constituem um *continuum* (o termo é empregado aqui em seu sentido vulgar, sem rigor estatístico)" ³⁵.

Se — ao contrário da abordagem de Cláudio Salm e F. S. O'Brien do tema do "emprego" — nos trabalhos de Kowarick e Machado já se observa uma preocupação em analisar a heterogeneidade do sistema econômico, é nos estudos de Paulo Renato de Souza, ³⁶

³² Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 36.

³³ O "serviço doméstico" é considerado por Machado como um tipo particular de biscate, com as seguintes características: ser desempenhado por mulheres; ser executado em casa; ter um número limitado de patrões e duração de tarefas indefinidas. Por "emprego doméstico" o autor entende aquele em que o trabalhador tem um único patrão e normalmente é obrigado a dormir no local de trabalho. Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 45 e 46.

³⁴ Machado, Luís Antônio, op. cit., pág. 50 — "Como por exemplo pode-se citar os casos de empregados (públicos e privados) que fazem biscate, trabalhadores por conta própria que fazem biscates em outras profissões ou empregadas domésticas que executam serviços domésticos à noite ou nos fins de semana, etc."

³⁵ Machado da Silva, Luís Antônio, op. cit., p. 53.

³⁶ Souza, Paulo Renato de — *Salário e Mão-de-Obra Excedente*, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, Campinas, 1978.

Elizabeth Jelin³⁷ e José Sérgio Leite Lopes e Luís Antônio Machado da Silva³⁸ que tal preocupação se torna explícita. Esses autores procuram identificar a existência de diferentes formas de organização da produção, considerando-as como o ponto central a partir do qual devem ser pensadas as questões do "emprego".

Primeiramente analisaremos o trabalho de Paulo Renato de Souza, *Salário e Mão-de-Obra Excedente*. O artigo parte de uma ampla discussão teórica onde o autor, recorrendo à economia clássica, procura pensar as questões básicas que pretende analisar, quais sejam: a determinação da taxa de salários numa economia como a brasileira, a existência de um amplo excedente de mão-de-obra e a articulação entre essas duas questões. É mais especificamente na 3.ª parte, onde Souza trata da questão da "Mão-de-Obra Excedente", que se encontram algumas das colocações que interessa examinar mais diretamente aqui.

De início, o autor empreende uma discussão teórica onde desenvolve uma argumentação fundamentando sua tese de que parte da mão-de-obra sobrando se insere em formas de organização da produção não-capitalistas. A relação que estas formas produtivas mantêm com a forma propriamente capitalista é de completa subordinação, na medida em que, segundo o autor, é a expansão das atividades capitalistas que determina a existência das formas mais simples, afetando-as constantemente, sem contudo destruí-las inteiramente. Se alguma forma é destruída, será compensada pela abertura de outras possibilidades, o que dá argumentos para a idéia de recriação de formas pré-capitalistas na expansão do sistema. A inserção dessas formas é de "tipo intersticial", nas "franjas do mercado" não ocupadas pela produção capitalista.

Partindo desta colocação, o autor critica uma abordagem desenvolvida por ele em trabalhos anteriores³⁹ onde a questão da mão-de-obra excedente era analisada segundo um esquema que bipartia o mercado de trabalho em "setor formal" e "setor informal". Nesta abordagem, considera-se que a mão-de-obra excedente estava incorporada àquelas atividades que compunham o "setor informal" da economia urbana, cujas características básicas eram o baixo nível tecnológico e organizativo e a inserção em mercados competitivos ou na base da estrutura produtiva, no caso dos mercados oligopólicos concentrados. O elemento concebido como fundamental para analisar o "setor informal" era o "grau de facilidade de entrada dos produtores", dado que tal facilidade, segundo o raciocínio desenvolvido, dependia tanto de fatores tecnológicos quanto da estrutura de mercado⁴⁰.

As críticas do autor incidem sobre a visão segmentária do mercado, onde o "setor informal" seria o "circuito inferior" da economia, ocupando os pobres, e o "setor formal" o "circuito superior". Além disso, considera que a concepção de "setor informal" termina por homogeneizar uma gama de situações extremamente díspares⁴¹. Uma de suas preocupações centrais diz respeito a recomendações quanto a alguns elementos de política econômica elaborados pela visão anterior, que tinham por objetivo dinamizar o nível de renda do "setor

³⁷ Jelin, E. — *Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador*, Cebrap 9, São Paulo, 1974.

³⁸ Leite Lopes, J. S. e Machado da Silva, L. A. — Introdução: Estratégia de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos em *Mudança Social no Nordeste — Estudos sobre Trabalhadores Urbanos*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

³⁹ Souza, P. R. e Tokman V. E., El Setor Informal Urbano en América Latina, *Revista Internacional del Trabajo* CXIV (3) noviembre, diciembre 1976 e Souza, P. R. e Tokman V. E., Distribución del Ingreso, Pobreza y Empleo en áreas Urbanas *El Trimestre Económico*, México DF — abril-janeiro 1978.

⁴⁰ Uma aproximação entre o trabalho de Souza e Tokman e o de Machado da Silva pode ser feita com algumas restrições. Apesar dos autores estarem trabalhando com o mesmo tema, notamos uma diferença fundamental em relação à perspectiva de análise. Enquanto os primeiros tomam como ponto de referência o mercado no sentido genérico, o último procura ver a utilização que o trabalhador faz desse mercado.

⁴¹ Segundo Souza: "... estávamos misturando desde as pequenas empresas familiares (como as padarias, oficinas mecânicas) até os vendedores ambulantes, engraxates e empregadas domésticas, passando inclusive por pequenas empresas que utilizam basicamente trabalho assalariado com certa qualificação". Souza, Paulo Renato de, op. cit., p. 456.

informal", já que se considerava que apesar do setor ser dinâmico no que tange ao nível de emprego, o mesmo não se podia afirmar em relação ao nível de renda gerada. O que Souza contra-argumenta é que, por um lado, o mercado é um só, o que significa dizer que as medidas de política econômica que visassem uma expansão do "setor informal" implicariam inevitavelmente uma penalização do "setor formal". Por outro lado, dada a heterogeneidade do "setor informal", proposições de política econômica que o tratassem como um todo estariam deixando de lado segmentos importantes desse setor cuja especificidade não seria alcançada. Como afirma o autor:

"... do ponto de vista de recomendações de política tende-se a falar em apoio ao setor informal em geral, sem especificar que quando se baixa o nível de análise, as unidades que em princípio seriam aptas a serem "promovidas" seriam as mais prósperas e menos "problemáticas", ficando o grosso do que é "excedente de mão-de-obra" fora de qualquer medida, confinado nas atividades realmente marginais" ⁴².

A visão alternativa proposta concebe o "setor informal" como composto de formas de organização que se inserem na estrutura econômica de "forma intersticial" junto com as formas capitalistas e atuam em "espaços de mercado" delimitados, que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico. Centrando sua análise na área urbana, o autor define duas formas de organização não-capitalistas: as "formas mercantis simples" e as "quase-empresas-capitalistas". Entre as primeiras, Souza distingue ainda 4 formas: "as empresas familiares", "os trabalhadores por conta própria subordinados", "os pequenos vendedores de serviços" e o "serviço doméstico".

Os critérios utilizados na construção dessa tipologia são, de um lado, as características da organização produtiva e, de outro, a inserção no mercado. A preocupação com a inserção no mercado está vinculada a uma outra que diz respeito à flexibilidade que cada forma de organização tem para absorver novos produtores. Assim é que, apesar de o autor criticar a aplicabilidade da noção de "grau de facilidade de entrada" para caracterizar o "setor informal" como um todo, ele a mantém como um elemento importante para distinguir uma forma da outra ⁴³. Tal colocação dá margem a que se perceba a existência de "mercados de trabalho" específicos com particularidades quanto à mobilidade da mão-de-obra. O autor não abandona a noção de "mercado de trabalho" em sentido amplo, embora passe a qualificá-lo pela sua heterogeneidade constitutiva. Ao analisar os dados provenientes de tabulações do Censo de 70, contudo, a noção de mercado de trabalho genérico volta a aparecer, apesar do esforço em estabelecer uma série de distinções com o objetivo de aproximar as categorias estatisticamente diferenciáveis das colocações teóricas. Todavia, não se observa uma incorporação dos dados ao nível da análise propriamente dita, uma vez que eles cumprem um papel apenas descritivo ou, como afirma o próprio autor, "de uma exemplificação numérica".

Uma abordagem que se aproxima da de Paulo Renato de Souza já que também propõe uma análise do mercado de trabalho que leve em consideração a existência de diversas formas de organização da produção, é a de Elizabeth Jelin, no artigo *Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador*. A autora propõe uma análise da estrutura ocupacional a partir do ponto de vista dinâmico das transformações da estrutura produtiva. Segundo ela:

"A distribuição da população nas atividades produtivas de uma sociedade, ou seja, sua estrutura ocupacional, deriva diretamente da estrutura produtiva que se transforma historicamente" ⁴⁴.

⁴² Souza, Paulo Renato de, op. cit., p. 456.

⁴³ Souza, Paulo Renato de, op. cit., p. 53.

⁴⁴ Jelin, E., op. cit., p. 53.

O pressuposto é de que “em todo momento dado, um corte transversal da estrutura ocupacional reflete a dinâmica das mudanças na estrutura produtiva”⁴⁵. Com base nela, a autora constrói uma tipologia das formas de organização da atividade econômica, procurando caracterizar cada uma delas e identificar as relações que as articulam. As diversas formas coexistem integradas e se transformam num processo de adaptação às mudanças nos focos dinâmicos da economia, daí resultando uma heterogeneidade organizativa das atividades produtivas, já que as transformações são, além de graduais, parciais. No caso estudado, as formas organizativas analiticamente diferenciáveis são quatro: a “economia doméstica”, a “produção simples de mercadorias”, a “organização capitalista” e a “burocracia pública”.

De posse dessa tipologia, a autora procura analisar os setores econômicos em Salvador descrevendo as características centrais de cada um deles, com o objetivo de identificar as diversas formas que predominam ou coexistem no momento em que se estuda. Sua análise distingue-se da perspectiva tradicional que, ao estudar a distribuição da população economicamente ativa pelos setores econômicos, preocupa-se em determinar o grau de absorção dos diversos setores, com o pressuposto implícito de que as distinções intersetoriais indicam diferenças teoricamente relevantes. Ao contrário, a autora pretende demonstrar que os setores econômicos não são internamente homogêneos, o que implica a “proporção da população ocupada num dado momento em um setor não ser um indicador adequado para estudar a estrutura produtiva ou ocupacional, se não for acompanhada de uma análise da heterogeneidade organizativa interna a ele”⁴⁶. Assim, utiliza como dado para sua análise não só a proporção da população ocupada em cada setor econômico, mas introduz algumas distinções. Uma delas seria, por exemplo, aquela entre setor público e privado, e outra, a proporção de pessoas ocupadas em cada setor segundo a posição na ocupação, particularmente com o objetivo de avaliar o montante de trabalhadores por conta própria. Essas distinções são consideradas pela autora como “aproximações” que permitem perceber a heterogeneidade das formas de organização econômica, segundo o esquema teórico proposto.

A análise de Jelin, portanto, implica a percepção da realidade econômica enquanto composta de diferentes formas de organização da produção, onde a forma capitalista é apenas uma delas. A expansão e o predomínio dessa forma de organização econômica não redundam, contudo, no desaparecimento das formas organizativas preexistentes, mas sim na sua subordinação e adaptação à nova organização capitalista. O que a autora postula, na verdade, é a existência de uma certa funcionalidade dinâmica entre as diversas formas de organização da produção e a forma capitalista dominante.

Este tipo de análise se opõe à visão tradicional do “emprego” — veiculada basicamente pelos economistas marginalistas — onde o sistema econômico como um todo é visto etnocentricamente pela ótica do sistema capitalista ou do “setor moderno”, e onde todas aquelas situações que não se enquadram nos parâmetros deste “setor moderno” são consideradas como “subemprego” ou “desemprego disfarçado”. Pelo contrário, a autora não utiliza esses conceitos, procurando ver a diversidade de situações de “emprego” não com os olhos do sistema capitalista, mas como consequência da existência de diferentes formas de organização da produção que coexistem com a forma capitalista. O conceito de “emprego” é utilizado por ela de uma maneira restrita, indicando a relação de trabalho específica da “forma de organização capitalista” e da “burocracia pública”. Em relação às duas outras formas — “economia doméstica” e “produção simples de mercadorias” — a autora se vale sempre da expressão “atividade econômica”. O conceito de “emprego” implica uma relação de compra e venda de força de trabalho, que não se observa nem no caso da “produção simples de mercadorias”; nem no caso da “economia doméstica”. No caso da “organização capitalista”, se muitas vezes essa relação assume um aspecto contratual e estável, isto não elimina a exis-

⁴⁵ Jelin, E., op. cit., p. 54.

⁴⁶ Jelin, E., op. cit., p. 60.

tência de relações transitórias que se estabelecem a partir de contratos verbais. Como afirma Jelin, “a estabilidade do emprego pode variar, desde compromissos virtualmente por uma vida inteira (posições irremovíveis na empresa, segurança e antiguidade estabelecidas por um sistema de promoções, etc.) até a relação transitória de compra de poucas horas de trabalho”⁴⁷. Com esta afirmação a autora se afasta daquela concepção de “emprego” que o assimila a uma relação contratual, estável, com um determinado horário de trabalho, que englobaria sob o rótulo do “subemprego” ou da “marginalidade” as relações que não se enquadram nesses parâmetros. Embora mais adiante Jelin também assegure que relações instáveis e eventuais dentro da empresa capitalista muitas vezes se confundem com relações de compra de serviços de um produtor independente (relação patrão/cliente), o reconhecimento da existência dentro da organização capitalista de relações de trabalho ambíguas e múltiplas, aponta para a necessidade de analisar as condições de trabalho dentro do “setor moderno”, o que os técnicos do “subemprego” parecem ignorar.

O texto de Jelin é bastante rico em termos da sua proposta teórica e, por isso mesmo, suscita algumas questões. Uma pergunta que se pode fazer diz respeito à relação entre estrutura produtiva e estrutura ocupacional. A autora postula que a estrutura ocupacional deriva diretamente da estrutura produtiva, o que nos permite deduzir que, portanto, pode-se “ver” a estrutura produtiva através da ocupacional. Entretanto, até que ponto esta forma de pensar essa relação, que elimina as mediações possivelmente existentes entre uma “estrutura” e outra, acaba por dissolvê-las e, por conseguinte, conduzir a alguns equívocos? Esta indagação é sugerida quando a autora considera a “burocracia pública” como uma forma de organização econômica. Se ao nível da estrutura ocupacional esse tipo de distinção parece fazer sentido, já que o “emprego” no setor público obedece a regras particulares, ao nível da estrutura produtiva afigura-se como problemático. De início, é preciso diferenciar a empresa estatal da administração pública. Enquanto a primeira deve ser considerada como produtora de bens, a segunda situa-se no circuito da redistribuição de bens absorvidos pelo próprio Estado, e nesse sentido não pode ser considerada como uma forma de organização da produção no mesmo nível das demais.

Outro tipo de observação que se pode fazer ao artigo de Jelin é que as questões teóricas levantadas por ela parecem não estar suficientemente respaldadas pelos dados utilizados. A autora trabalha com dados estatísticos, a partir de um universo extremamente restrito (1 107 pessoas), o que traz problemas de representatividade.

O artigo de Leite Lopes e Machado da Silva assemelha-se às abordagens anteriores, uma vez que propõe que as questões relativas ao “emprego” sejam analisadas a partir da existência de diferentes formas de produzir. Sua originalidade decorre do fato de não trabalhar com dados quantitativos, constituindo-se em uma tentativa de teorização a partir de diversos estudos de natureza etnográfica.

Tomando como centro da análise as “estratégias de trabalho” dos trabalhadores urbanos, os autores desenvolvem uma reflexão onde a inserção desses trabalhadores em uma variedade de atividades econômicas é pensada através da articulação entre formas distintas de produzir. Segundo eles, o “salário” é o ponto nodal em torno do qual gira a vida dos trabalhadores estudados, não só dos assalariados, mas também daqueles que podem ser considerados “produtores independentes”⁴⁸. Todavia, ainda que os autores partam do “salário” — relação direta entre capital e trabalho — para analisar as “estratégias de trabalho” dos diversos grupos, a constatação da insuficiência dos níveis salariais na reprodução da família trabalhadora se dá simultaneamente à percepção da existência de formas de produzir

⁴⁷ Jelin, E., op. cit., p. 71.

⁴⁸ Um dos estudos que fundamenta as formulações dos autores mostra como a estratégia dos proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais depende do trabalho assalariado e também como a origem de capital inicial se liga à condição assalariada do trabalhador.

não-capitalistas, através das quais os grupos estudados auferem uma remuneração complementar. Essas formas, segundo eles, têm uma especificidade e devem ser analisadas como tais para que se possa compreender a sua racionalidade própria. Nesse sentido, embora o salário seja um ponto de referência importante na análise, da sua "insuficiência real" decorre uma "insuficiência analítica" em termos da explicação da dominação de grupos de trabalhadores pelo capital. Nas palavras dos autores:

"trata-se no entanto aqui de ressaltar por um lado como esses grupos de trabalhadores se reproduzem com outras formas complementares de remuneração além do salário, e por outro lado como o salário é insuficiente como explicação da anatomia da dominação de tais grupos de trabalhadores pelo capital" ⁴⁹.

Para Leite Lopes e Machado da Silva, se é inegável que as "formas não-capitalistas" — sejam elas "mercantis simples", "camponesas" ou mesmo "servis" — estão subordinadas à "forma capitalista", isto não deve conduzir a uma absorção analítica" daquelas pela forma dominante. Ao contrário, é necessário considerar a especificidade de cada uma dessas formas para que, analisando-as de per si e a sua articulação, possa-se compreender mais profundamente o significado da dominação de grupos de trabalhadores pelo capital.

Dois situações polares são examinadas: a "completa dependência do capital", exemplificada pela "situação de fábrica com vila operária", onde a subordinação direta do trabalhador ao patrão não se dá apenas ao nível da produção, mas se estabelece também ao nível da moradia; e a "completa independência do capital", exemplificada pela chamada "produção independente" que se realiza tanto através de pequenos estabelecimentos comerciais, quanto de pequenas oficinas, ou mesmo através do "trabalho feminino".

Como os autores observam, essas são situações "polares" que compreendem entre elas uma gama de outras situações combinando elementos de uma e de outra. Na análise dos grupos estudados, o que se percebeu é que a insuficiência do salário é superada alternativa e/ou conjuntamente de duas maneiras: primeiramente elevando-se o salário através da extensão da jornada de trabalho (hora-extra), ou associando-se o trabalho assalariado a formas não-capitalistas de produzir. Em segundo lugar, pela incorporação de outros membros da família a atividades que geram remuneração, seja através de relações assalariadas ou da "produção independente". Assim, a família trabalhadora é um elemento fundamental da análise na medida em que, do ponto de vista da força de trabalho, ela passa a representar uma mediação entre as duas situações polares mencionadas.

O que os autores reivindicam é a necessidade de se reconhecer a especificidade das diversas formas de subordinação de trabalhadores ao capital, contrapondo-se às análises que tendem a apagar a diversidade em uma "unificação analítica prematura em termos de uma onipresença das relações capitalistas e de uma conseqüente proletarização que igualiza caricaturalmente todos os produtores diretos" ⁵⁰.

A ênfase na diversidade, todavia, não os leva a conclusões próximas às de alguns trabalhos vinculados à teoria da marginalidade, que postulam à heterogeneidade fundamental da classe trabalhadora. Ao contrário, Leite Lopes e Machado da Silva afirmam que pelo lado da inserção na produção pode-se dizer que a experiência de trabalho dos grupos estudados engloba a vivência de formas capitalistas e não-capitalistas de produzir. Do lado do consumo, mesmo quando há diferenciação em termos da inserção no processo produtivo, existem profundas semelhanças em seus respectivos padrões. Isso os autoriza a sugerir que continua válido pensar em uma "massa proletária" que, embora diferenciada internamente,

⁴⁹ Leite Lopes, J. S. e Machado da Silva, L. A., op. cit., p. 20.

⁵⁰ Leite Lopes, J. S. e Machado da Silva, L. A., op. cit., p. 20.

pode ser vista como uma unidade. Tal unidade, entretanto, deve ser trabalhada analiticamente não se devendo passar por cima da sua diversidade constitutiva.

A utilização de dados etnográficos, por parte dos autores, permite uma integração mais estreita entre as formulações teóricas e a realidade estudada, diferentemente dos outros trabalhos, que se valem de categorias nem sempre adequadas às análises que desenvolvem. Um outro aspecto que diferencia o artigo em questão dos demais refere-se ao enfoque que toma o ponto de vista do agente social, isto é, do trabalhador, tendo como preocupação analisar as "estratégias de trabalho de trabalhadores urbanos"⁵¹. É levando em consideração o ponto de vista do agente social, que Leite Lopes e Machado da Silva conseguem apreender a existência de uma série de atividades econômicas realizadas ao nível da família trabalhadora, atividades essas necessárias à complementação de um orçamento doméstico suprido por salários insuficientes. Tais práticas — como aquelas de complementação alimentar através do "roçado" ou de um "minicomércio vicinal" — são, segundo os autores, "atividades invisíveis" aos olhos do mercado, mas que têm um peso fundamental quando se deseja compreender a diversidade de formas de produzir nas quais estão inseridos os trabalhadores urbanos.

2.2 As categorias "Emprego", "Desemprego" e "Subemprego": algumas questões

O breve exame de alguns estudos representativos da discussão sobre o tema do "emprego" suscita questões de ordem mais geral, que estão relacionadas, inicialmente, à utilização das categorias "emprego", "subemprego" e "desemprego" e do significado que estas assumem nos trabalhos dos diversos autores.

Em uma primeira aproximação, observa-se que nem todos os autores trabalham explicitamente com a categoria "emprego", embora entre aqueles que a utilizam — Salm e O'Brien, Leite Lopes, Jelin e Machado da Silva — não haja necessariamente uma coincidência de significado.

Se em Salm e O'Brien a categoria "emprego" está associada à noção de produtividade e referida ao setor capitalista, Leite Lopes questiona esta concepção, introduzindo uma definição de "emprego" que o identifica ao "trabalho do agente econômico que se caracteriza como trabalhador direto". Para Cláudio Salm e F. S. O'Brien, a categoria "emprego" se aplica àquela situação que responde a determinadas exigências de produtividade do sistema capitalista. Conseqüentemente as categorias "subemprego" e "desemprego disfarçado" são utilizadas para caracterizar a mão-de-obra excedente do setor tradicional, dado que a produtividade neste setor é considerada baixa em relação aos parâmetros do setor moderno. Negando a noção de "produtividade marginal nula", os autores introduzem a noção de "subsistência" que passa a ser o limite em função do qual é pensada a produtividade do setor tradicional, na medida em que argumentam que o trabalhador sempre contribui de alguma forma para o produto final. Apesar disso, continuam atrelados à noção de "produtividade marginal" embora redefinindo-a em função do custo de subsistência. Para eles, as categorias "subemprego" e "desemprego disfarçado" definem a mão-de-obra excedente no setor tradicional, cuja produtividade marginal é inferior ao custo de subsistência. O que se percebe é que a categoria "subsistência" é também pensada com referência ao setor capitalista, não havendo no artigo dos autores nenhuma discussão que permita a apreensão de sua especificidade histórica. Embora, como afirma Leite Lopes, a introdução dessa nova categoria desse margem ao estudo dos diferentes sistemas econômicos, Salm e O'Brien continuam trabalhando com uma concepção totalizante, que vê a economia como um todo homogêneo. Ao

⁵¹ Entre todos os trabalhos aqui examinados apenas o de Machado da Silva sobre o "mercado formal" e o "não-formal" tem como objetivo central entender o funcionamento do mercado tomando como referência o universo do trabalhador.

contrário, Leite Lopes enfatiza a necessidade de se analisar as leis próprias de funcionamento de cada sistema econômico, sugerindo que se pense o "desemprego" em cada um desses sistemas, através da relação entre "produção", "produtividade" e "subsistência específicas".

Se a crítica de Leite Lopes ao trabalho de Salm e O'Brien pressupõe a existência de diferentes formas de produzir, até que ponto a utilização da categoria "desemprego", mesmo relativizada, seria pertinente à análise dessas formas? Isso nos remete à definição de "emprego", proposta pelo autor, que o associa ao "trabalho do agente econômico". Essa associação (emprego = trabalho) afigura-se como problemática, na medida em que a categoria "emprego" já traz implícitos determinados elementos que caracterizam a relação de trabalho própria ao setor capitalista dominante. Ainda que Leite Lopes observe, numa nota de pé de página, que, nos estudos sobre o tema, a categoria "emprego" está vinculada aos problemas de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho moderno e, nesse sentido, sua extensão a outros sistemas econômicos é inadequada, ao associar "emprego" a "trabalho" não estaria descaracterizando a própria categoria "emprego"?

A especificidade da categoria "emprego" é percebida no trabalho de Elizabeth Jelin, onde, propondo uma análise de estrutura ocupacional a partir das diferentes formas da atividade econômica, restringe a utilização do termo à "forma de organização capitalista". Nas demais formas econômicas, a autora se vale da expressão "atividade econômica", o que pode ser entendido como uma tentativa de relativizar as noções de "subemprego" e "desemprego disfarçado", termos esses nunca utilizados.

Da mesma maneira Luís Antônio Machado da Silva delimita o uso da categoria "emprego" ao chamado "mercado formal", utilizando "ocupação" para designar a situação de trabalho típica do "mercado não formal". Diferentemente de Jelin, o autor não está preocupado em distinguir formas de produção, mas em delimitar ao nível do mercado situações de trabalho diferentes a partir de critérios de ordem jurídica. Interessado em apreender a estratégia de sobrevivência do trabalhador, Machado tenta mostrar a dificuldade em distinguir de maneira rígida as situações de "emprego" e de "ocupação", uma vez que o trabalhador muitas vezes recorre às duas situações concomitantemente para garantir a sua subsistência.

Em contraposição ao texto de Machado da Silva, a análise de Paulo Renato de Souza e Vitor Tokman diferencia "setor formal" e "setor informal" a partir de critérios estritamente econômicos. Estes critérios levam a uma segmentação do sistema econômico em dois circuitos: o "superior" caracterizando o "setor formal" e o "inferior" — "ocupando os pobres" — o "setor informal". Esta visão, criticada por Souza, desconsidera a existência de uma heterogeneidade de situações no "setor informal", heterogeneidade esta de que o autor procura dar conta propondo uma nova abordagem teórica a partir das diferentes formas de organização da produção.

Nesta nova abordagem não se observa uma preocupação em redefinir a categoria "emprego", como fica claro nos trabalhos de Jelin e Machado da Silva. Mesmo assim, na parte em que trata dos dados empíricos, Paulo Renato apropria-se do termo, utilizando-o em sentido genérico, tanto para a forma capitalista como para as não-capitalistas, identificando-o, nesse sentido, à "ocupação"⁵². Tal identificação também se nota no trabalho de Lúcio Kowarick. Discutindo a questão da "marginalidade" e procurando perceber a inserção dos chamados "grupos marginais" na produção a partir da compreensão do processo de acumulação de capital numa economia dependente, o autor não se detém na discussão das categorias "emprego" e "subemprego". Entretanto, utiliza, principalmente na parte de análise dos dados, o termo "emprego" ora referindo-se à força de trabalho assalariada, ora àquela integrada às ocupações ditas "marginais". É de se notar, por outro lado, que não abandona a noção de "subemprego", associando-a às formas de trabalho "marginais". Como ele

⁵² O autor trabalha com dados censitários, especialmente os relativos à ocupação.

mesmo afirma, a parcela da força de trabalho que não está inserida nas relações de trabalho capitalistas permanece numa situação de "subemprego" especialmente nas "ocupações autônomas do setor terciário, ou ainda vinculada às atividades artesanais e à indústria a domicílio"⁵³.

Para além das diferenças no significado que assume a categoria "emprego" nos diversos autores, pode-se afirmar que, com exceção do trabalho de Cláudio Salm e F. S. O'Brien, a preocupação com a heterogeneidade do sistema econômico se manifesta, com maior ou menor ênfase nos demais estudos. É no artigo de Leite Lopes e Machado da Silva que a questão da heterogeneidade é discutida mais amplamente, visando a um aprofundamento teórico que permita a apreensão das especificidades de cada uma das diferentes formas de produzir que compõem o sistema econômico. Neste artigo, os autores centram sua análise nas "estratégias de trabalho" dos trabalhadores, procurando perceber a anatomia da dominação destes pelo capital e, nesse sentido, não se prendem à discussão do "emprego". Quando utilizam este termo fazem-no de maneira ampla, com o sentido de "trabalho". Interessados em perceber as formas alternativas de trabalho de que a "massa proletária" lança mão para suprir a insuficiência do salário, Leite Lopes e Machado da Silva, tentam analisá-las na sua racionalidade própria e na articulação com o capital.

Apesar da questão da heterogeneidade ser um ponto em comum na maioria dos estudos, nem todos se detêm na análise da dinâmica interna das diferentes formas de inserção da força de trabalho no sistema produtivo. Para alguns, a diversidade do sistema econômico é compreendida, em última instância, numa perspectiva dualista que coloca em oposição, de um lado, o pólo capitalista dominante e, de outro, todas as demais atividades econômicas. Por exemplo, no texto de Lúcio Kowarick essa visão dual transparece na medida em que todas as formas não-capitalistas de inserção na produção são reduzidas à noção mais geral de "marginalidade".

Uma hipótese que pode ser levantada com o intuito de compreender a "recaída" de alguns autores numa visão dualista que pretendem negar, refere-se ao fato de não conseguirem se desvincular da perspectiva que toma o sistema capitalista como ponto de referência analítica. Se em Cláudio Salm e F. S. O'Brien a opção por uma abordagem que assume a ótica do sistema capitalista é levada às últimas conseqüências, fazendo com que a economia seja concebida como um todo homogêneo, em Kowarick, apesar da sua postura teórica distinta, a preocupação primordial com o processo de acumulação de capital faz com que, mesmo constatando a diversidade do sistema econômico, sua análise também tome como ponto de referência o sistema capitalista. Nesse sentido, pode-se distinguir os autores entre aqueles que privilegiam a ótica do capitalismo, vendo todo o sistema econômico em função das determinações da dinâmica do capital, e os que procuram compreender as singularidades das diferentes formas econômicas, muitas vezes assumindo a ótica do agente. Se em alguns textos, à primeira vista, os autores parecem não estar informados pela ótica do sistema dominante, ao caracterizarem as formas não-capitalistas utilizam critérios que estão referidos à forma de organização capitalista. O artigo de Paulo Renato de Souza poderia servir, em certo sentido, de exemplo deste tipo de questão na medida em que se preocupa com a integração das formas não-capitalistas em um mercado de trabalho genérico e abstrato, paradoxalmente "restrito" porque visto pelo prisma do mercado de trabalho capitalista. Já em Lúcio Kowarick a ótica do capitalismo transparece nos critérios que eleger para caracterizar as formas de trabalho marginais, por exemplo, o grau de tecnologia e a divisão de trabalho etc....

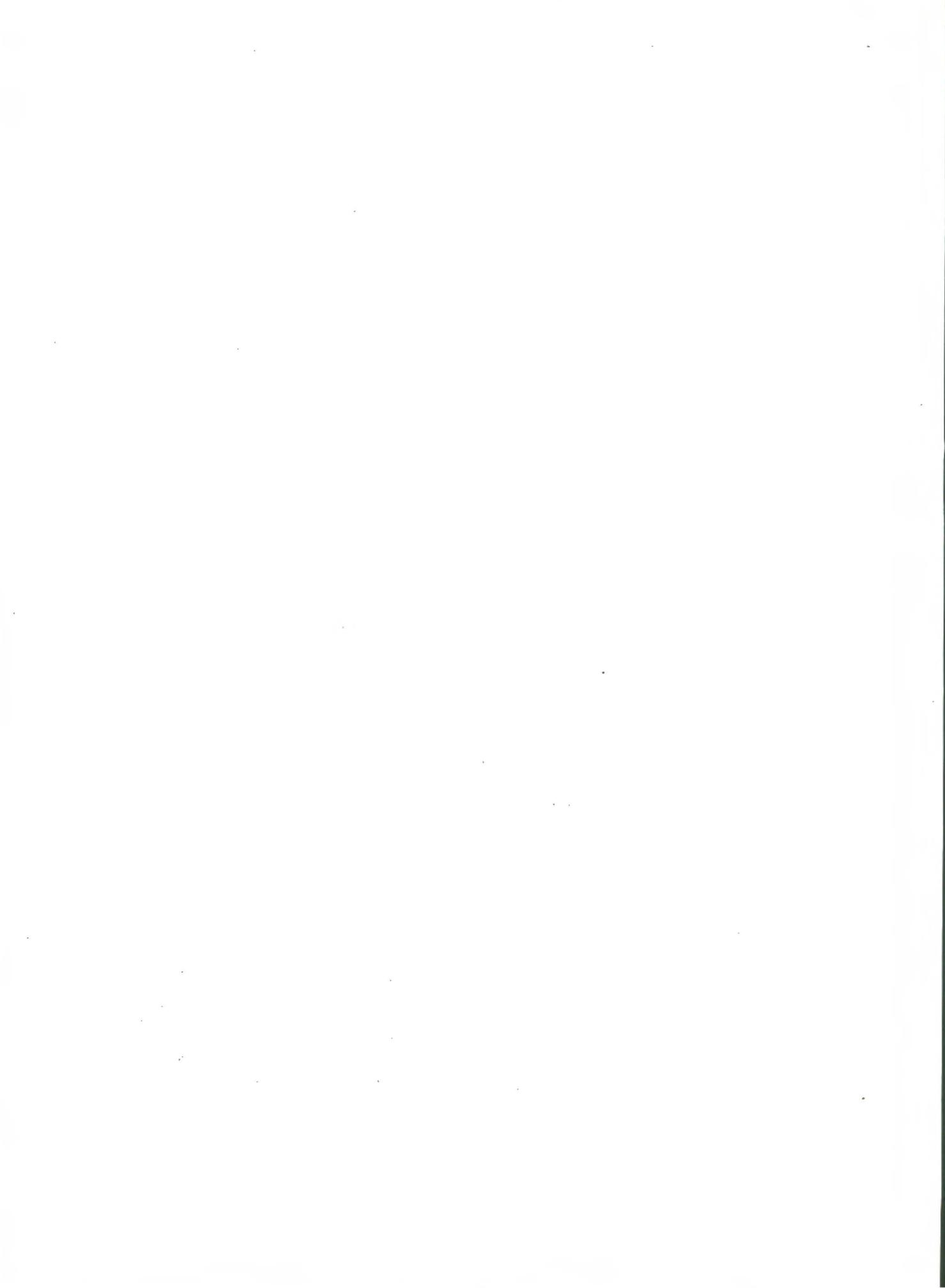
A abordagem de Elizabeth Jelin constitui-se em uma tentativa de pensar a articulação entre a forma capitalista dominante e as demais, sem eliminar a especificidade destas últimas. Tal postura é central no trabalho de Leite Lopes e Machado da Silva, onde se procura analisar a subordinação das diversas formas de produzir ao capital, de um lado tomando

⁵³ Kowarick, Lúcio, op. cit., p. 65.

as estratégias de trabalho dos agentes inseridos nessas formas de produzir, e de outro, a sua articulação com o capital. Para esses autores, a compreensão da complexidade do sistema econômico e das relações que aí se estabelecem passa necessariamente por uma perspectiva que leve em consideração o agente, ou seja, o trabalhador. Esse enfoque permite perceber a existência de uma série de atividades econômicas importantes, mas "invisíveis" aos olhos dos estudiosos preocupados com a funcionalidade do mercado de trabalho.

Essa revisão do significado da categoria "emprego" e suas implicações sugere a própria complexidade do debate em torno do tema, onde alguns autores situam-se no espaço definido pelas questões que esse debate suscita, enquanto outros procuram formular novas formas de apreensão do problema. Essa tentativa tem por objetivo romper com os limites impostos pela discussão, apresentando novos elementos para a análise, embora nem sempre consiga se desvencilhar das "antigas" formas do debate. A utilização de dados estatísticos por alguns autores – lugar por excelência das "recaídas" – chama a atenção para a dificuldade de articulação da parte teórica com a empírica, o que conduz à necessidade de um estudo mais detalhado dos problemas enfrentados nesta articulação.

Esse estudo permite levantar algumas questões acerca dos dados utilizados, abrindo espaço para uma discussão mais geral sobre as pesquisas que geram esses dados, no sentido de contribuir para a diminuição da defasagem existente entre as discussões teóricas e as análises empíricas.



3 – AS ANÁLISES EMPÍRICAS: PROBLEMAS OBSERVADOS

Dos estudos examinados, os de Cláudio Salm e F.S. O'Brien, Lúcio Kowarick, Paulo Renato de Souza e Elizabeth Jelin se utilizam de dados estatísticos num esforço de levar a efeito uma análise da realidade. É com base nesses estudos que pretendemos levantar algumas questões acerca das dificuldades encontradas nas análises empíricas, quando do tratamento dos dados, e na sua articulação com as proposições teóricas.

No artigo *Desemprego e Subemprego no Brasil*, Salm e O'Brien utilizam dados da PNAD-1968, centrando a análise na mão-de-obra não-agrícola. Preocupados em fornecer subsídios à política de emprego, procuram reavaliar a taxa de "desemprego aberto" calculada a partir da PNAD. A constatação de que essa taxa é muito baixa conduz os autores a levantarem três questões: a primeira seria de que, tendo o setor de serviços grande flexibilidade de absorção de mão-de-obra, um número considerável de pessoas arranjaría trabalho em pequenas tarefas, o que denotaria uma situação de "desemprego disfarçado" reduzindo de "desemprego aberto"; a segunda refere-se à inexistência de um serviço de assistência ao desempregado, fazendo com que as pessoas acabem aceitando trabalhos nas atividades terciárias de remuneração muito baixa; a última questão está relacionada ao fato de o informante "por razões de orgulho (ou segurança) declarar que está trabalhando em algum ramo de atividade quando na verdade não está" ⁵⁴. Na tentativa de relativizar esse índice, introduzem uma nova categoria, a de "subemprego visível" que englobaria aquelas pessoas "que trabalham em tempo parcial (menos de 40 horas por semana) quando prefeririam trabalhar em tempo integral e mais aqueles que normalmente trabalham em tempo integral, mas que durante a semana de referência ocuparam-se em tempo parcial por motivos econômicos" ⁵⁵. Essas duas medidas ("desemprego aberto" e "subemprego visível"), segundo os autores, possibilitam uma aproximação do número de pessoas subutilizadas, mas não levam em consideração os indivíduos que, mesmo trabalhando em tempo integral ou mais, teriam "uma produtividade marginal muito baixa, talvez inferior ao mínimo de subsistência" ⁵⁶. Esse novo dado, de acordo com Salm e O'Brien, é visto como a expressão do "desemprego disfarçado", o que, a nível das estatísticas da PNAD, seria operacionalizado com as informações sobre renda. Tomando as categorias "empregador" e "trabalhador por conta própria", que na PNAD-68 constituíam uma só categoria de posição na ocupação, consideram aqueles de rendimentos mais baixos ⁵⁷ como representativos desse tipo de desemprego.

⁵⁴ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit., p. 29.

⁵⁵ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit., p. 110 — "A PNAD parece entender por motivo econômico a falta de mais trabalho a fazer".

⁵⁶ Salm, Cláudio e O'Brien, F.S., op. cit., p. 110.

⁵⁷ Aqueles que ganhavam menos de Cr\$ 50,00 por mês.

O que se percebe nas críticas que os autores fazem à taxa de “desemprego aberto”, quando afirmam que o setor terciário absorve mão-de-obra não qualificada e com baixo nível de remuneração, é que eles pressupõem a existência do “subemprego” como características desse setor, preocupados que estão com a questão da produtividade. A partir dessas críticas introduzem a categoria de “subemprego visível” a nível da operacionalização dos dados, sem considerar as implicações que tal categoria pode ter ao nível teórico. A categoria “desemprego disfarçado” também é utilizada indistintamente tanto na parte conceitual como na empírica, sendo que nesta última a renda é tomada como o elemento fundamental a partir do qual é inferida a produtividade. Os autores supõem a existência de uma relação direta unívoca entre renda e produtividade, onde “baixa renda” se constitui em um indicador de “baixa produtividade”. Essa relação é investigada somente para as categorias ocupacionais “empregador” e “trabalhador por conta própria”, não o sendo para a categoria “empregado”, o que denota que Salm e O'Brien estão menos preocupados com os salários do que com as taxas de produtividade. O fato de trabalharem com as duas primeiras categorias agregadas vincula-se às características dos próprios dados de que dispunham na época.

Escrito em 1969, o artigo *Desemprego e Subemprego no Brasil* recorre à PNAD-68, cujas informações sobre mão-de-obra eram as mais atuais. Essa PNAD definia 4 (quatro) categorias de empregado: “empregado particular”; “empregado público”; “empregador e trabalhador por conta própria”; e “trabalhador familiar sem remuneração”⁵⁸. A partir de 1973 a categoria “empregador e trabalhador por conta própria” foi desmembrada em duas. Deve-se observar, entretanto, que mesmo em 1968 torna-se possível distinguir o “empregador” do “conta própria” através de uma pergunta do questionário àqueles que trabalham por conta própria: se empregam uma ou mais pessoas por diária, salário ou pagamento em bens. Os autores, mesmo trabalhando com a categoria agregada, ao utilizarem a variável renda acabam por relativizar as implicações que uma agregação a este nível poderia ter. Excluem os grandes “empregadores” e os “trabalhadores por conta própria” com altos rendimentos, detendo-se naqueles cuja renda se aproximaria do que eles próprios definiram como “custo de subsistência”. Essa noção, introduzida na parte teórica para relativizar o conceito de “produtividade marginal nula”, tomando como base a mão-de-obra agrícola, é transposta, ainda que implicitamente, para a análise dos dados referentes à mão-de-obra não-agrícola. Nesse sentido, os autores reproduzem seu modelo para a análise do setor urbano, sem nenhuma discussão teórica prévia.

Algumas dificuldades são percebidas, ainda, na utilização dos dados, mais especificamente, na escolha da variável “horas trabalhadas” como indicador de “subemprego”. Mesmo que na definição de “subemprego visível” Salm e O'Brien estejam trabalhando de maneira agregada com todas as categorias de posição na ocupação, pode-se supor que uma grande parcela dos “empregados” se encontra excluída, uma vez que estão sendo consideradas as pessoas que trabalham menos de 40 horas e aquelas que apesar de trabalharem em tempo integral não cumpriram esse horário na semana de referência. No que se refere ao “trabalhador por conta própria”, a categoria que parece ter maior peso nos dados utilizados, a variável “horas trabalhadas” apresenta-se problemática, na medida em que, nos casos exemplares desse tipo de trabalhador — biscateiros, por exemplo — o tempo de trabalho é distribuído segundo uma lógica própria que não se enquadra nas noções de tempo integral e/ou tempo parcial definidas pela PNAD.

A categoria “trabalhador por conta própria” é também central em outros estudos, como por exemplo na análise de Lúcio Kowarick, na medida em que é através dela que é percebida a inserção dos “grupos marginais” na produção, a nível dos dados. O autor trabalha com dados do Censo Demográfico referentes ao pessoal ocupado de 10 anos e mais

⁵⁸ Manual do Entrevistador — PNAD — 1968.

nos setores secundário e terciário, buscando apreender o significado do crescimento do mercado de trabalho urbano numa perspectiva histórica⁵⁹. Levando em consideração as limitações que esses dados impõem a uma análise das formas de trabalho que se caracterizam como inserção marginal na estrutura produtiva, ainda assim Kowarick afirma que é possível detectar algumas dessas modalidades de inserção, que se expressam através da categoria "conta própria" ou "autônomo" tomada em conjunto com os "membros da família sem remuneração".

De início, o autor procura mostrar o crescimento do emprego urbano, utilizando os dados mais gerais sobre o pessoal ocupado nas diversas regiões, dados esses que nos quadros aparecem em números absolutos, ainda que Kowarick na parte analítica só faça referência a percentuais. A partir dessa visão mais abrangente ele caracteriza a inserção dos diversos grupos considerados "marginais" através da análise da proporção de "autônomos" e "membros da família sem remuneração" nos setores secundário e terciário.

No setor secundário, o artesanato é caracterizado como a forma típica de inserção marginal na produção e analisado tomando a proporção de "autônomos" e "membros da família" na indústria sobre o total do pessoal ocupado no setor. Numa tentativa de relativizar os dados, na medida em que no "trabalho autônomo" estão incluídas várias modalidades de trabalho, como por exemplo aquelas relativas à construção civil que o autor não considera como artesanais, ele introduz a variável "sexo" pressupondo que as mulheres e os "membros da família sem remuneração" tendem a desempenhar as atividades mais tipicamente artesanais.

Já no terciário, Kowarick distingue os "autônomos" e "membros da família" no comércio de mercadorias e na prestação de serviços, onde as atividades domésticas remuneradas merecem uma atenção especial. No comércio de mercadorias, o autor supõe ser o vendedor ambulante o exemplo típico de "trabalhador autônomo" neste setor de atividade, o que pode denotar, de um lado, a importância desta categoria como "núcleo das ocupações marginais", enfatizada por autores como Machado da Silva e Paul Singer, e de outro, a exclusão de certos tipos de comércio estabelecido que se utilizam fundamentalmente de mão-de-obra familiar. É o caso, por exemplo, do pequeno comércio varejista, cujos proprietários caracterizam-se como "autônomos", trabalhando com o auxílio de "membros da família sem remuneração". Em relação ao ramo de "prestação de serviços", Kowarick procura avaliar a proporção de "trabalhadores por conta própria" e "membros da família" em comparação com o setor terciário. A introdução da variável "sexo" permite perceber que o trabalho masculino se localiza nos serviços de reparação e conservação de máquinas e veículos, ao passo que as atividades domésticas, de nutrição, limpeza e vestuário, são basicamente desempenhadas pelo trabalho feminino. Finalmente, o autor distingue o "serviço doméstico remunerado", que se expressa na proporção de "empregados" nesta atividade, em relação ao total da mão-de-obra ocupada no setor terciário. É aqui, pela primeira e única vez, que ele lança mão de outra categoria de posição na ocupação — "empregado" — para analisar um tipo de "trabalho marginal".

A utilização da categoria "trabalhador autônomo" para pensar as atividades ditas "marginais" ao nível dos dados disponíveis implica algumas questões. Uma delas diz respeito ao "artesanato" como forma de inserção marginal no setor secundário, onde não há nenhuma referência à categoria "empregador". Isto pode ser explicado pela própria abrangência desta categoria que agrupa pequenos, médios e grandes "empregadores". Nesse sentido, os dados do Censo impossibilitam diferenciar os pequenos dos grandes "empregadores", o que poderia enriquecer a análise, na medida em que os pequenos "empregadores" muito se

⁵⁹ Kowarick utiliza os dados dos Censos de 1940, 50, 60 e 70.

aproximam dos "conta própria", pois empregam um número reduzido de trabalhadores, numa relação de trabalho que não se enquadra nos padrões tipicamente capitalistas ⁶⁰.

Outra questão que pode ser levantada refere-se à amplitude da categoria "trabalhador autônomo", que se revela particularmente problemática no ramo da "prestação de serviços", onde estão incluídos "autônomos" de alta qualificação e rendimento. Levando em consideração as afirmações de Lúcio Kowarick que delimitam o seu objeto de estudo à classe trabalhadora urbana em sentido restrito, não se verifica nenhum corte, ao nível dos dados relativos aos "autônomos" que explicita as preocupações do autor. Pelo contrário, nota-se uma multiplicidade de contradições que se expressam, por um lado, na utilização da categoria "autônomo" de maneira ampla, apesar de o autor ressaltar, quando menciona o "mercado não-formal", a necessidade de se excluir os "autônomos" qualificados que possuem uma continuidade de trabalho e altos rendimentos, na medida em que estes ingressam facilmente no "mercado formal"; por outro, esta ressalva vem se chocar com as colocações teóricas que rejeitam a variável "renda", como significativa para distinguir os grupos "marginais".

Enfim, cabe assinalar mais uma vez a dificuldade que se observa no texto, quanto à conceituação do que seja "emprego", uma vez que Kowarick acaba utilizando o termo para se referir a todas as formas de inserção na produção, sejam elas "marginais" ou não.

Do mesmo modo que em Lúcio Kowarick, a categoria "trabalhador por conta própria" nos trabalhos de Elizabeth Jelin e Paulo Renato de Souza é um instrumento operacional importante para a análise das diversas formas de organização da produção. No caso de Jelin vale ressaltar que o estudo se baseia em uma pesquisa específica sobre a estrutura ocupacional de Salvador, o que possibilita a elaboração de alguns dados originais, ainda que esta pesquisa esteja calcada nas pesquisas oficiais sobre força-de-trabalho. A autora trabalha com a população ocupada nos diferentes "setores econômico-funcionais", estabelecendo algumas distinções que lhe parecem significativas para a apreensão da heterogeneidade interna a cada setor. Assim, ela procura identificar em cada um desses setores os seguintes percentuais com relação ao total da população ocupada: "o empregado no setor público; em empresas privadas com mais de cinco pessoas; de trabalhadores por conta própria; de profissionais por conta própria" e, por fim, de "pessoal ocupado em tarefas administrativas e de direção". A partir do cruzamento entre essas variáveis a autora constrói as formas de organização da produção em Salvador: "a economia doméstica", "a produção simples de mercadorias", "a economia capitalista" e a "burocracia pública".

Na tentativa de distinguir a "empresa capitalista" da "produção simples de mercadorias", Jelin considera que, operacionalmente, uma primeira aproximação pode ser obtida tomando-se a distribuição das posições ocupacionais nos diferentes setores, em especial a proporção de "trabalhadores por conta própria", exemplo típico do produtor simples de mercadorias. Da mesma forma que Kowarick, a autora utiliza a categoria "conta própria" de maneira ampla, incluindo profissionais liberais e autônomos altamente qualificados "que preferem a liberdade do contrato de assessoria individual à segurança do trabalho assalariado" ⁶¹, apesar de construir uma categoria específica de "profissionais por conta própria" cuja composição não explicita na análise. Pelos dados apresentados tais profissionais estariam concentrados nos setores de "educação" e "saúde e serviços sociais", setores esses ligados, no caso de Salvador, predominantemente à esfera pública. Na análise, todavia, à única menção a esta categoria é feita na parte em que trata da indústria de construção, onde Jelin observa a presença do padrão organizativo capitalista com crescente burocratização, através da verificação de que "quase um terço das pessoas ocupadas na indústria da construção

⁶⁰ Cabe ressaltar que na PNAD-79 há um esforço em relativizar tal categoria através da introdução do quesito que investiga o número de "empregados" por "empregador" tomando como parâmetro "até 5" e "6 e mais empregados".

⁶¹ Jelin, E., op., cit., p. 64.

trabalham em tarefas burocráticas e administrativas, enquanto os 70% restantes têm ocupações mais diretamente ligadas ao processo de produção”⁶². Tal afirmação é referida, a nível dos dados, pelos cruzamentos das variáveis “profissionais por conta própria” e “pessoal ocupado em tarefas administrativas e de direção” com o setor de “construção”, onde, espantosamente, o percentual destes profissionais é bastante reduzido⁶³.

Por outro lado, é interessante notar que, procurando caracterizar melhor a “forma de organização capitalista”, a autora efetua um corte nos dados que torna possível apreender o montante de pessoal ocupado em empresas privadas com mais de cinco pessoas. Nesse sentido, observa-se a preocupação em distinguir as “pequenas empresas” das “médias e grandes”, onde estas últimas expressam a “forma de organização capitalista”, o que pode significar, complementarmente, a incorporação das empresas privadas com menos de 5 pessoas às “formas de produção simples de mercadorias”. Ainda que tal complementariedade não apareça de maneira explícita, este corte é importante na medida em que problematiza os limites entre essas duas formas de organização, o que nem sequer é mencionado por Lúcio Kowarick ao tratar do artesanato, em função das limitações dos dados por ele utilizados. Sob esse aspecto, a pesquisa de Jelin constrói um dado original que contribui para tornar um pouco menos nebulosa a apreensão das diferentes formas de organização da produção através das pesquisas estatísticas. Como já foi dito, a apropriação deste dado pela PNAD-79 constitui-se num relativo avanço em relação aos dados oficiais produzidos anteriormente, o que abre espaço para um aprimoramento dos estudos sobre força de trabalho.

O estudo de Paulo Renato de Souza toma o “grande Recife” como o caso através do qual pretende exemplificar numericamente seu modelo de análise do mercado de trabalho, utilizando para isso tabulações especiais do Censo de 70. Tentando apreender as diversas formas de organização não-capitalistas, o autor propõe, a nível dos dados, analisar a força de trabalho por “ocupação”, “sexo” e “categoria ocupacional” (posição na ocupação). A seleção das ocupações é realizada entre aquelas cujos títulos indicam a presença em parcelas significativas tanto de “trabalhadores autônomos” como de “empregados”, tendo Paulo Renato a preocupação de excluir daí os profissionais universitários. Segundo ele, o corte entre “autônomo” e “empregados” não dá conta de situações homogêneas quanto ao nível de renda médio, o que o leva a recorrer simultaneamente às variáveis “ocupação”, “categoria ocupacional” e “sexo” com o objetivo de encontrar cortes mais representativos destas situações.

As “formas de organização mercantis simples” são estudadas de um lado a partir dos dados relativos ao “trabalhador por conta própria” nas ocupações selecionadas, no caso das “empresas familiares” e dos “pequenos vendedores de serviços”. Diferentemente de Jelin e Kowarick o autor procura relativizar a categoria “trabalhador autônomo”, daí excluindo os profissionais universitários, já que estes não se constituem em objeto para o seu estudo. Por outro lado, Paulo Renato identifica ainda o “trabalhador por conta própria subordinado” e o “serviço doméstico” como “formas mercantis simples”.

A primeira delas, “o trabalhador por conta própria subordinado”, não é analisada através da categoria “conta-própria”, mas sim, associada aos “empregados” em algumas ocupações. É o caso das “costureiras”, “bordadeiras” e “serzideiras” e dos “vendedores ambulantes” que o autor define como “trabalhadores que formalmente são trabalhadores autônomos mas, de fato, produzem ou prestam serviços a uma única empresa ou capital”⁶⁴. Se a ambigüidade desta definição aponta para a dificuldade de se caracterizar uma forma de produção que se encontra numa situação limite entre a organização mercantil simples e a capitalista, ela também não avança no sentido de melhor compreender o que seja o “trabalha-

⁶² Jelin, E., op., cit., p. 66.

⁶³ Jelin, E., op., cit., p. 75 quadro 1.

⁶⁴ Souza, P.R., op., cit., p. 458.

dor por conta própria subordinado". Por que incluí-lo entre as "formas mercantis simples" se o próprio autor afirma que *de fato* eles "produzem ou prestam serviços a uma única empresa ou capital", caracterizando-os empiricamente através da categoria "empregado"?

Além disso, outra observação que pode ser feita diz respeito às categorias do Censo — "empregado" e "conta própria" — cujas definições⁶⁵ são bastante amplas e, por isso mesmo, não dão conta da especificidade de determinadas situações de trabalho (como essas que o autor identifica como "conta própria subordinado"), tanto na categoria de "empregados" quanto na de "conta-própria". É o caso das "costureiras", bordadeiras" e "serzideiras" que, a nível da coleta de dados, podem ter sido enquadradas em uma ou outra categoria, mas que Paulo Renato analisa somente através da categoria "empregado". Isto não só como decorrência da ambigüidade que caracteriza esse tipo de subordinação, mas também pelo fato de que freqüentemente as pessoas com essas ocupações exercem simultaneamente suas atividades no atendimento a clientes diversos.

No caso do "serviço doméstico" Paulo Renato de Souza inverte a colocação feita em relação ao "conta própria subordinado", afirmando que "formalmente trata-se de assalariados mas que não se subordinam a um capital senão que prestam serviços a uma unidade não econômica, como a família"⁶⁶. Neste caso a categoria utilizada estatisticamente é também o "empregado" nas ocupações de "empregada doméstica" e "lavadeiras"

A categoria "empregado" é ainda utilizada para identificar as pessoas integradas à "quase-empresa capitalista". Se no caso do "trabalhador por conta própria subordinado" e do "serviço doméstico", a introdução da variável "sexo" possibilita que algumas ocupações sejam tomadas como representativas, na "quase-empresa capitalista" o autor não consegue, a nível dos dados, distingui-la da empresa tipicamente capitalista. Ele mesmo reconhece que os dados referentes aos "empregados" na "quase-empresa capitalista" não puderam ser separados daqueles em "empresas capitalistas"⁶⁷.

Ainda que os dados utilizados por Paulo Renato de Souza, pelo fato de acrescentarem a variável "ocupação" à análise, combinando-a com a "posição na ocupação", possibilitem um enriquecimento em termos do estudo empírico das formas de organização da produção, as dificuldades em adequá-los às suas proposições teóricas são evidentes. Em parte isto ocorre pelos dados utilizados não terem sido construídos especificamente para os objetivos que o autor pretende alcançar, o que faz com que ele caracterize o seu estudo empírico apenas como "uma exemplificação numérica". A integração entre o modelo teórico e os dados, fértil para o avanço da própria teoria e conseqüentemente da compreensão da realidade fica, desse modo, prejudicada.

Em todos os autores observa-se uma defasagem entre as formulações teóricas e a análise empírica, apesar do esforço de alguns em adequar os dados a estas formulações, e das "desculpas" de quase todos em não consegui-lo de maneira considerada desejável. O que se nota na maior parte dos autores é que as categorias utilizadas como instrumentos operacionais constituem-se na maioria das vezes em meras aproximações das questões teóricas. Por suas próprias definições, tais categorias são em geral muito amplas e algumas vezes ambíguas, exigindo dos autores um esforço em relativizá-las através de adicionamentos de variáveis. Se por um lado isto não resolve o problema da defasagem teoria-dados, por outro,

⁶⁵ "Empregado Particular: pessoas que recebem remuneração em dinheiro ou em espécie (parte da produção) pelo trabalho que prestam a indivíduo, firma ou instituição". — "Conta Própria: pessoas que exercem a atividade individualmente ou com a ajuda de pessoas da família (desde que estas não sejam remuneradas em dinheiro)"; Censo Demográfico — Instruções de Coleta — 1970, IBGE.

⁶⁶ Souza, P.R., op., cit., p. 459.

⁶⁷ "Na tabela 4 incluíram-se aquelas ocupações de *empregados* nas quais em sua maioria ou em geral não se pode afirmar com certeza uma predominância de empresas quase-capitalistas. Em outras palavras, incluíram-se as ocupações que por sua natureza tanto podem conter empregados de empresas capitalistas como de "quase empresas capitalistas", Souza, P.R., op., cit., p. 461:

pode sugerir caminhos para um maior aperfeiçoamento das pesquisas estatísticas, particularmente das oficiais. As "categorias ocupacionais" — ou melhor, o que se denomina na PNAD e no Censo, a variável "posição na ocupação" — "empregador", "empregado", "trabalhador por conta própria" e "membros da família sem remuneração" que, como vimos, são variáveis fundamentais nas análises empíricas dos autores, merecem uma atenção especial por parte dos técnicos que elaboram as pesquisas oficiais. Especificamente a categoria "trabalhador por conta própria", dada a importância para a análise das formas de organização não-capitalistas, requer um estudo mais detalhado que elucide sua complexidade em termos das relações de trabalho que envolve. Tal estudo deve reverter em maior elaboração dos conceitos que informam a coleta de dados, assim como no aprimoramento das variáveis importantes para a análise da força de trabalho.

4 — A PNAD MÃO-DE-OBRA

4.1 — Aspectos gerais de sua evolução

Esta parte do trabalho pretende apontar as modificações mais significativas que sofreu a PNAD Mão-de-Obra ao longo de sua evolução. Antes, contudo, convém apresentar um breve histórico do processo de elaboração da pesquisa em sua totalidade. A PNAD surge a partir da intenção de se implementar uma pesquisa por amostra de domicílios, executada em bases contínuas, com ênfase sobre características demográficas, habitacionais e de mão-de-obra. Com este objetivo tiveram início em 1966 estudos preliminares para a implantação do programa, que se fundamentou basicamente em material conhecido com o nome de ATLÂNTIDA, publicado pelo Bureau of Census norte-americano e preparado sob os auspícios da Agência Internacional para o Desenvolvimento. Ainda em 1966 foi realizada uma pesquisa experimental em dois municípios no Rio de Janeiro e no último trimestre de 1967 foi desenvolvida a primeira pesquisa a nível regional, cobrindo inicialmente duas regiões até atingir, em 1970, as sete regiões em que se divide o país para efeito da pesquisa^{es}. Em 1971, a PNAD é totalmente reformulada, recebendo novo desenho, tendo sua periodicidade alterada de trimestral para anual passando a ser desenvolvida não apenas a nível de regiões (três inicialmente, até cobrir as sete em 1973), mas ainda a nível de Unidades da Federação (inicialmente apenas Rio de Janeiro e São Paulo e incorporando as demais em 1977 e 1978).

A investigação sofre duas interrupções, a primeira em 1970, devido à execução do Censo, e outra em 1974 e 1975, quando foi elaborado o ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar) que cobria em parte as características investigadas pela PNAD.

Em alguns anos, além das áreas habitualmente abrangidas pela pesquisa, foram investigadas características adicionais dando origem a suplementos ao corpo básico do questionário. Temos assim em 1972 uma pesquisa especial sobre rendimentos, e em 1973 um suplemento sobre mão-de-obra e fecundidade, destinado basicamente, na parte referente à mão-de-obra, a investigar a mobilidade ocupacional da força de trabalho. Em 1976 são desenvolvidos suplementos sobre cor e, mais uma vez, mobilidade ocupacional; e em 1977, em convênio com o BNH, foi aplicado um suplemento sobre características habitacionais nas principais áreas metropolitanas do país.

Nosso estudo se centrará na PNAD mão-de-obra, a partir de cuja evolução procuraremos apreender as mudanças ocorridas, tomando alguns anos dentre aqueles em que a pesquisa foi realizada e efetuando uma análise comparativa a partir de seus respectivos

^{es} São as seguintes as Regiões da PNAD: Região I — Rio de Janeiro; Região II — São Paulo; Região III — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região IV — Minas Gerais e Espírito Santo; Região V — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Região VI — Distrito Federal e Região VII — Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso e Goiás.

questionários e manuais de instrução, tomando por base os anos selecionados de 1968, 1973, 1976 e 1979.

A escolha destes anos específicos não é arbitrária: 1968 e 1970 marcam as datas limite em que a pesquisa foi realizada, a publicação inicial ⁶⁹ e a última elaborada; 1976 é o ano em que ocorrem as modificações mais significativas ao longo de sua evolução; e 1973 vem compor com 1968 uma série, a ser contraposta à outra constituída pelas PNADs 1976 e 1979, visto que esses dois conjuntos revelam uma relativa homogeneidade interna a cada um, embora haja modificações importantes entre todos os anos, que serão apresentados ao longo do texto.

Antes da abordagem comparativa, apontaremos em termos bem gerais os temas básicos que a pesquisa cobria em 1968 para, a partir daí, apresentarmos as modificações que foram sendo introduzidas.

A PNAD mão-de-obra inicial buscava, segundo o manual de instrução, classificar a população de 14 anos e mais entre pessoas na força de trabalho e fora da força de trabalho. Dentre os primeiros estariam incluídos os ocupados (os que estavam trabalhando e os que tinham emprego ou negócio mas se encontravam temporariamente ausentes) e os desocupados (pessoas à procura de trabalho). Fora da força de trabalho estariam os "estudantes, donas de casa, pessoas incapacitadas para trabalhar e outros como os aposentados ou voluntariamente ociosos".

As pessoas ocupadas eram definidas tomando como período de referência para o exercício de sua atividade a semana anterior à semana da entrevista. Já as pessoas desocupadas, que o manual identifica com a situação de desemprego eram definidas tomando os dois meses anteriores à entrevista como período de referência para a procura de trabalho.

Sobre as pessoas ocupadas era obtida uma descrição completa de seu trabalho, através da indagação de sua ocupação, classe de atividade em que estivessem trabalhando e categoria de emprego (atual posição na ocupação), que indicava se se tratava de "emprego particular" ou de "emprego público", "empregador ou trabalhador por conta própria", ou "trabalhador familiar sem remuneração". Indagava-se ainda sobre os rendimentos nessas ocupações e sobre o número de horas trabalhadas.

As pessoas que não tivessem "emprego" ou "negócio" e tivessem estado à procura de trabalho nos dois últimos meses, eram feitas perguntas sobre seu período atual de desemprego, cobrindo, por exemplo, os métodos usados para procurar trabalho, duração do desemprego, etc.

E finalmente às pessoas que estivessem fora do mercado de trabalho, indagava-se sobre o trabalho mais recente e do interesse em voltar a trabalhar, numa tentativa de "avaliar o potencial de oferta de mão-de-obra".

Passando agora à análise comparativa, observa-se a partir do exame dos questionários e manuais nos anos selecionados que as modificações mais substanciais verificaram-se entre 1973 e 1976, quando alterações significativas tiveram efeito, tanto ao nível dos conceitos básicos quanto da forma de estruturação do questionário. Entre 1968 e 1973 as modificações foram menos significativas, o corpo básico do questionário manteve-se o mesmo e, devido a isso, quando ao longo do texto mencionarmos itens comuns a ambos, nos referiremos aos dois como constituindo um mesmo bloco, o que não deve levar a minimizar-se as diferenças existentes, entre as quais uma alteração fundamental que consistiu na ampliação do universo de mão-de-obra a ser pesquisado: o questionário, que em 1968 destinava-se à população de 14 anos e mais, estendia-se em 1973 àquelas de 10 anos e mais. Já entre 1976 e 1979 há algumas modificações significativas, mantendo-se no entanto a mesma base conceitual, que

⁶⁹ Apesar de haver sido publicada uma PNAD em 1967, é em 1968 que a pesquisa adquire dimensão significativa, visto que inicialmente cobria apenas duas regiões, enquanto no ano seguinte estas já se estendem para cinco.

é apenas mais precisada, com uma definição mais rigorosa dos conceitos. Pode-se falar que há um aprimoramento com relação a 1976.

Algumas considerações podem ser formuladas quanto às tendências gerais que se verificam ao se tomar o conjunto de PNADs selecionadas e analisar a evolução da pesquisa ao longo dos anos. O que se observa inicialmente é a tendência a uma redução no número de quesitos, que compõem o questionário com exceção da primeira passagem, de 1968 para 1973, em que de 35 passam a ser formuladas 42 perguntas. Em 1976, no entanto, reduzem-se para 27 e em 1979 para 20. Esta maior concisão é acompanhada de uma tendência a uma maior objetivação na forma de obter e registrar a informação. Em 1968/1973, sobretudo, o entrevistado respondia às perguntas com suas próprias palavras e o que ele declarava era enquadrado nos itens do questionário pelo pesquisador. Já nos anos seguintes, esta margem de ação no informante é limitada: por instruções da PNAD as opções são lidas pelo pesquisador e o entrevistado é classificado na primeira em que se enquadra, mesmo que se encaixasse em mais de uma e não considerasse esta primeira como principal. Ou seja, em 1968/1973, o critério de decidir o que fosse mais importante ficava com o informante; em 1976 e sobretudo em 1979, este critério já é dado na ordem em que as perguntas são arroladas. Esta objetivação revela-se ainda na redução bastante acentuada no número de perguntas com respostas em aberto.

Quanto à evolução geral do questionário, verifica-se ainda uma tendência a um maior rigor na definição e no emprego dos conceitos básicos, que se observa sobretudo na comparação entre os anos 1973 e 1976. Em 1968/1973 utilizava-se a categoria "emprego" ao longo de todo o questionário, que adquiria mais de um significado nas diversas ocasiões em que era empregada, algumas vezes inconsistentes com a definição dada pelo manual, como ficará claro logo em seguida. Esta categoria deixa de ser utilizada em 1976 e é substituída pela categoria "trabalho", dando fim a uma série de ambigüidades e contradições que o uso do termo "emprego" suscitava. Não se pretende com isso afirmar que os questionários mais recentes se caracterizem por uma utilização rigorosa e precisa dos conceitos, o que não se verifica de forma absoluta, mas apenas de forma mais aprimorada com relação aos anos anteriores.

Cabe, neste sentido, acompanhar a evolução que sofrem estes conceitos. Em 1968/1973, as categorias básicas utilizadas são as de "emprego" e "negócio", definidas logo no contexto da primeira pergunta. Segundo o manual do entrevistador, "existe emprego, quando há um acordo para a realização de um trabalho em base contínua pelo qual se recebe uma compensação financeira". Esta definição caracteriza o "emprego" no sentido estrito da relação de trabalho específica do empregado assalariado com a instituição. A categoria "negócio", por sua vez, é delimitada a partir da enumeração das condições necessárias para caracterizá-la: existência de escritório, oficina ou outro local de trabalho, existência de maquinaria ou equipamento e de propaganda. Supõe-se que estas duas categorias (emprego e negócio), quando agregadas, dêem conta do universo do "trabalho", visto que as opções de resposta, à primeira pergunta do questionário, sobre o que esteve fazendo o indivíduo na semana de referência, sugerem que se possa tomar o conceito de "trabalho" pelo conjunto dos outros dois. Temos assim que a primeira opção de resposta é "*trabalhando*" e a segunda é "*tem emprego (ou negócio) mas não trabalhou*". No entanto, os dois universos (emprego + negócio e trabalho) não coincidem exatamente e o uso dos conceitos neste quesito dá origem a uma contradição: o "trabalhador familiar sem remuneração" e o "biscateiro" entram como "trabalhando" se assim o fizeram na semana, mas o manual parece indicar que não entram em "tem emprego (ou negócio) mas não trabalhou", se na semana não exerceram sua atividade habitual, porque não se enquadram nem na definição de "emprego" nem na de "negócio". Em relação ao "trabalhador familiar sem remuneração", o manual explicita que sua atividade não é considerada "emprego" (não há compensação financeira, e que, caso não tenha tra-

balhado durante a semana, será classificado em "outros"). Por outro lado, afirmam que "trabalhos manuais executados por biscateiros não são considerados negócios", o que não fica explícito mas parece indicar que, no caso de não terem trabalhado na semana, não serão enquadrados em "tem emprego (ou negócio) mas não trabalhou". Em 1976, este item é substituído por "tem *trabalho* mas não trabalhou" pondo fim a esta ambigüidade de conceitos.

Ainda com relação a 1968/1973, temos que a categoria "emprego" é muitas vezes utilizada não no sentido estrito da definição, mas com o sentido ampliado, identificando-se com o conceito de "trabalho", sendo empregados os dois indistintamente ao longo do manual e do questionário. São inúmeros os exemplos disto. O próprio termo "categoria de emprego" que era utilizado no lugar de posição na ocupação é um exemplo, posto que engloba o "empregado", o "conta própria", o "empregador" e o "membro da família sem remuneração". Ou ainda quando fazem a pergunta: "trabalhou em mais de um *emprego* ou para mais de um empregador na semana passada?", observando que a pergunta dirige-se a todas as pessoas que trabalhavam 40 horas ou mais durante a semana.

Já em 1976 deixam de ser utilizados os conceitos de "emprego" e "negócio" e a categoria "trabalho" passa a dar conta deste universo. O conceito de "trabalho" já era empregado em 1968/1973, mas a forma como é caracterizado sofre reformulação em 1976. Nos dois manuais, não há uma definição explícita do conceito mas o sentido atribuído ao termo é apreensível através de uma enumeração de situações que caracterizam as condições necessárias para a inserção do indivíduo na opção "estava trabalhando" à pergunta sobre o que fez na semana de referência. Desta forma, o universo do "trabalho" é delimitado em 1968/1973 através de um conjunto de situações: trabalho assalariado (em dinheiro ou em bens) trabalho por conta própria (trabalho em seu próprio negócio ou profissão, inclui o empregador); trabalho sem remuneração em negócio ou propriedade agrícola familiar, pelo menos 15 horas por semana; e trabalho de intercâmbio ou "mutirão". Em 1976, o "trabalho" também é implicitamente definido no contexto da mesma pergunta, onde é associado ao exercício de ocupação econômica remunerada em dinheiro e/ou bens e ao caso da pessoa que trabalha habitualmente 15 horas ou mais por semana ajudando a pessoa com a qual reside ou a instituição religiosa ou beneficente. Neste caso o conceito de "trabalho" está atrelado ao de "ocupação", que por sua vez é definido pelo manual como "o emprego, função, profissão ou ofício habitualmente exercido". Observa-se assim, sobre o conceito de "trabalho" que, ao vir associado em todos os anos a uma enumeração de situações e posições, não permite uma delimitação precisa de que universo seria esse. Esta imprecisão se revela ainda no fato de o conceito estar atrelado ao de "ocupação" e, em decorrência, ao de "emprego" em 1976. Aliás, esta ligação entre os conceitos de "trabalho" e "emprego" mostra que tal associação não foi totalmente eliminada a partir de 1976, permanecendo um resquício do uso do termo "emprego" ao constar da definição de "ocupação", como uma das possíveis associações ao termo, atrelado portanto ao conceito de "trabalho". Não fica claro, no entanto, se neste contexto, a categoria "emprego" é utilizada no sentido estrito, ou no sentido amplo de "trabalho". Em 1979, põe-se fim a qualquer possibilidade de ambigüidade, omitindo-se da definição de "ocupação" a categoria "emprego", e substituindo-a pela de "cargo", passando a ser formulada como o "cargo", função, profissão ou ofício habitualmente exercido".

O que se conclui da utilização destes conceitos ("emprego", "negócio", "trabalho", "ocupação"), sobretudo nos anos iniciais, é que eram empregados muitas vezes sem maior rigor, contradizendo mesmo a definição que era dada, no caso do termo "emprego", especificamente, que freqüentemente era usado num sentido mais abrangente; e que eram usados indistintamente uns ou outros, no caso dos termos "emprego", "trabalho" e "ocupação". Essa imprecisão é atenuada em 1976, com o abandono do uso da categoria "emprego" no sentido amplo de "trabalho" e a sua utilização exclusiva e implícita na definição da categoria "empregado", afora, como vimos, um único caso de utilização ainda ambígua do termo.

Ainda no que se refere aos conceitos utilizados, temos que a PNAD 1976 introduz os conceitos de "População Economicamente Ativa" (PEA) e "População não Economicamente Ativa" que na realidade são apenas uma outra forma de nomear o que em 1968/1973 era classificado, respectivamente, como pessoas na força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho, categorias essas já definidas no início desta parte do trabalho.

Cabe neste contexto fazer referência especial à PNAD 1976 que, como observamos é aquela que apresenta mais inovações em relação aos outros anos analisados, introduzindo quesitos que muitas vezes não permanecem nos anos seguintes, mesmo porque não é objetivo da PNAD manter todas as perguntas em todos os anos, na medida em que há questões que não exigem uma periodicidade tão curta. Uma destas inovações consiste em que a grande maioria das perguntas destina-se em 1976 à População Economicamente Ativa no ano, ou seja, são investigadas as características de ocupação tanto das pessoas que trabalharam durante a semana de referência, quanto das que mesmo que não o tenham feito, trabalharam em qualquer período do último ano. Desta forma, em 1976, o conceito de População Economicamente Ativa irá adquirir duas dimensões possíveis, conforme o período a que se refira seja a semana ou o ano. Nos outros anos analisados, o corpo básico do questionário investiga apenas as características da População Economicamente Ativa na semana. O objetivo desta inovação era de poder comparar os dados da PNAD com os do Censo de 1970 que tomava como período de referência o ano para definir a força de trabalho.

Outro tipo de inovação, presente em 1976, consiste na introdução de perguntas revelando novas preocupações quanto às características da mão-de-obra. Neste sentido, são introduzidos quesitos indagando sobre a ocupação anterior do indivíduo, numa tentativa de obter uma idéia de sua trajetória ocupacional e uma visão mais dinâmica da mão-de-obra, preocupação esta já revelada, aliás, no suplemento mão-de-obra e fecundidade realizado em 1973 do qual um dos temas básicos era a questão da mobilidade ocupacional. Observe-se contudo que estas perguntas dirigem-se somente aos empregados.

Aliás, outro aspecto da PNAD 1976 consiste no fato de um considerável número de perguntas, nove exatamente, investigar características específicas dos empregados, revelando uma preocupação especial com esta categoria em detrimento das outras categorias de posição na ocupação, o que se justifica na medida em que a grande maioria da mão-de-obra urbana é efetivamente constituída de empregados.

4.2 — Modificações básicas na estrutura do questionário

Antes de passarmos às modificações específicas dos diversos quesitos, cabe apresentar a forma como foram estruturados os questionários nos anos selecionados, ou seja, como foram agregados os quesitos de acordo com os grupos de pessoas a quem se dirigiam, de modo a fornecer uma visão dos mesmos como um todo e de tornar claro o quanto foi alterado o questionário neste aspecto, sobretudo entre 1973 e 1976.

Em 1968/1973 (a estrutura permanece inalterada entre estes dois anos), após as perguntas iniciais em que as pessoas são classificadas de acordo com o que fizeram na semana e com o número de horas trabalhadas, as perguntas tornam-se específicas para os diversos grupos que foram definidos quais sejam: os que na semana de referência trabalharam menos de 40 horas; os que trabalharam 40 horas ou mais; os que tinham "emprego" ou "negócio" mas não trabalharam na semana; os que estavam procurando trabalho nos últimos dois meses e os que não estavam trabalhando nem procurando trabalho. Apenas um reduzido número de perguntas era comum a todos os grupos.

Em 1976, após as perguntas iniciais que definem a População Economicamente Ativa na semana e a População Economicamente Ativa no ano, várias perguntas são feitas a este segundo grupo, ou seja, tanto a quem estava trabalhando na semana, quanto àquelas

que haviam trabalhado durante o ano ⁷⁰. Em seguida, uma série de perguntas é feita especificamente aos empregados e outras três aos que estão procurando trabalho.

Já em 1979, a estrutura é bastante simplificada e o corpo básico do questionário destina-se a todas as pessoas que tinham trabalho na semana. Apenas quatro perguntas dirigem-se a todas as pessoas de 10 anos e mais; as outras dezesseis destinam-se às pessoas que estivessem trabalhando na semana (uma ou outra investigam características específicas ao "empregado" ou ao "empregador" ou ao "conta própria").

Passamos agora a apresentar as modificações específicas aos diversos quesitos, sem caráter exaustivo, no entanto, limitando-se a apontar aquelas mais significativas, principalmente no sentido de terem alguma relação, mesmo que indireta, com o tema do "emprego".

Acompanhando a ordem como são apresentados os quesitos em 1968/1973, temos que a primeira modificação significativa ocorre no que se refere às horas trabalhadas. Nestes primeiros anos, investiga-se o número de horas trabalhadas em todas as ocupações. Já em 1976 é acrescentada uma pergunta sobre as horas trabalhadas especificamente na ocupação principal. E em 1979, indagam ainda sobre as horas trabalhadas em outros trabalhos, o que vem representar um avanço com relação a 1976 na medida em que permite captar com maior precisão a realidade, visto que o que ocorre com maior frequência é o indivíduo ter uma única ocupação, mas ter dois ou mais trabalhos, não sendo tão comum ter mais de uma ocupação.

Em 1968/1973, uma série de perguntas sobre horas trabalhadas que não se mantiveram nos anos seguintes eram feitas. As pessoas que haviam trabalhado menos de 40 horas durante a semana indagavam se trabalhavam normalmente 40 horas ou mais e, em caso afirmativo, por que não o fizeram; e por que motivo não trabalhavam 40 horas ou mais, informação que continua a ser obtida em 1976 (limitada, no entanto, aos empregados) e em 1979, só que não mais com resposta em aberto. E em 1973 passa-se a indagar ainda a quem houvesse trabalhado menos de 40 horas, se havia tomado alguma providência nos dois últimos meses para conseguir outro trabalho ou trabalho adicional.

E aos que haviam trabalhado 40 horas ou mais na semana, eram feitas em 1968/1973 seis perguntas a respeito de trabalhos adicionais, horas extras e interrupção do trabalho durante a semana de referência, com o objetivo de checar o registro do número de horas trabalhadas, não sendo codificadas como os demais quesitos.

Acompanhando sempre a ordem como estão arroladas as perguntas em 1968/1973, seguem ainda vários quesitos que deixam de constar nos anos seguintes. Três perguntas são feitas às pessoas que, tendo "emprego" ou "negócio", não trabalharam durante a semana de referência, indagando sobre o motivo da falta ao trabalho e sobre o recebimento de pagamento durante este período.

O grupo seguinte de perguntas é dirigido às pessoas que estão procurando trabalho nos últimos dois meses. Temos mais uma vez um exemplo da maior concisão que adquiriu o questionário: de oito perguntas que eram feitas em 1968/1973, passou-se a três em 1976 e a duas em 1979. Neste último ano, diferentemente dos anos anteriores, estas perguntas são formuladas não só a quem não estivesse trabalhando, mas também a quem tivesse trabalho. A única pergunta que permaneceu em todos os anos, sobre o que fez o entrevistado nos dois últimos meses para conseguir trabalho, sofre modificações na forma de obter a informação: em 1968/1973 o entrevistador não lia as alternativas arroladas (consultou agência, consultou empregadores, colocou ou respondeu anúncios ...), deixava que o informante desse sua resposta e registrava cada um dos métodos empregados, podendo ser enquadrado em mais de uma quadrícula. Já nos anos seguintes, o entrevistador lê as opções de resposta na ordem em que estão arroladas e registra somente a primeira resposta afirmativa. Esta mu-

⁷⁰ Mais rigorosamente, são investigadas as características das seguintes pessoas: as que estavam trabalhando na semana, as que tinham trabalho mas não estavam trabalhando na semana, as que estavam procurando trabalho mas já haviam trabalhado antes e as que haviam trabalhado em qualquer período no ano anterior.

dança vem refletir o caráter mais fechado que adquire o questionário, através da limitação à margem de opção do informante.

As três perguntas que se seguem referem-se ao que o questionário de 1968/1973 chamava de "descrição do emprego" (utilizado aí em sentido amplo) e indagam sobre a ocupação do indivíduo, a classe de atividade a que corresponde a ocupação e a posição na ocupação. A partir de 1976 é introduzida uma pergunta complementar sobre local de trabalho onde exerce a ocupação com o objetivo não de conhecer o endereço do local, mas sim o de obter uma maior especificação da classe de atividade. Este grupo de perguntas destina-se em 1968/1973 não só a quem tinha trabalhado na semana de referência mas a todos os que haviam trabalhado durante algum período nos últimos cinco anos. Já em 1976 dirigia-se a quem havia trabalhado no último ano e em 1979 apenas a quem tinha trabalhado na semana.

Destes itens, o único que sofre alterações significativas é o que indaga sobre a posição na ocupação; este item, aliás, não será analisado em profundidade neste momento, posto que uma parte específica do trabalho será dedicada à sua discussão e às transformações que sofre ao longo dos anos. Apenas serão citadas as alterações nas diversas categorias que compõem o item, alterações essas que ocorrem em todos os anos analisados. De 1968 para 1973, ocorre o desdobramento de uma das categorias que dá origem a duas outras: trata-se da categoria "empregador ou trabalhador por conta própria", que em 1968 constituía categoria única, sendo muitas vezes referida simplesmente com a denominação "trabalhador por conta própria". Desta forma, as "categorias de emprego" (como era referido o conceito de posição na ocupação), que em 1968 eram quatro: "empregado particular", "empregado público", "empregado ou trabalhador por conta própria" e "trabalhador familiar sem remuneração", estenderam-se em 1973 para cinco. Entre 1973 e 1976, o item é bastante modificado e as cinco categorias que o compunham dão origem a nove: "empregado", "conta própria estabelecido", "conta própria não estabelecido", "parceiro empregado", "parceiro conta própria", "parceiro empregador", "empregador", "membro da família não remunerado" e "membro de instituição não remunerado". Esta reformulação do quesito, com a maior parte das inovações surgidas em 1976, não se mantém em 1979 e o item retoma a estrutura anterior, ainda mais simplificado. Quatro categorias passam a dar conta do mesmo universo: "empregado", "conta própria", "empregador" e "membro da família sem remuneração".

As perguntas seguintes no questionário de 1968 indagam sobre os rendimentos auferidos na ocupação. Neste sentido são feitas perguntas específicas, uma dirigida aos empregados, indagando sobre o ganho semanal e outras duas dirigidas aos "conta própria" e "empregadores", uma indagando sobre a renda mensal bruta, outra sobre o que o questionário chama de "ganho líquido mensal" e que representaria o ganho bruto menos as despesas efetuadas no mês ⁷¹. Em 1973, omite-se a pergunta sobre renda bruta. Já a partir de 1976, um único quesito indaga a todos os grupos (empregados, conta própria, empregadores) sobre o rendimento bruto mensal na ocupação, especificando-se se o recebimento era em dinheiro (parte fixa e parte variável), em produtos ou mercadorias, ou em serviços. Nos anos anteriores, a especificação só era feita para o caso dos empregados e limitando-se a registrar a parcela em dinheiro e a parcela em bens, sendo que no caso de pagamento somente em bens, especificava-se quais eram.

A partir de 1973 passa-se a indagar sobre outros rendimentos além dos da ocupação principal, registrando-se o valor médio mensal. E a partir de 1976, esse quesito investiga ainda a fonte de renda, a ser especificada em: outras ocupações, aluguéis, doação ou mesada, aposentadoria ou pensão e outros (com especificação em aberto, omitida em 1979), neste último ano acrescenta-se ainda a opção emprego de capital.

⁷¹ Observe-se que este não é o sentido econômico do termo líquido que corresponderia a um valor do qual foi deduzida a parcela referente a impostos.

E em 1979, acrescenta-se ainda outra pergunta sobre rendimento, referente aos ganhos em outros trabalhos que o indivíduo tenha tido na semana, com as mesmas especificações do item sobre rendimentos de trabalho principal.

O último grupo de perguntas, presente no questionário de 1968/1973 e que não se mantém nos anos seguintes, dirigia-se a quem, no momento, estivesse fora da força de trabalho, a quem indagavam, através de três perguntas em 1968 e cinco em 1973, sobre o emprego mais recente e do interesse em voltar a trabalhar.

Em 1973 constam ainda alguns quesitos não presentes em 1968. Passam a indagar aos empregados se têm carteira assinada, pergunta que se mantém nos anos seguintes. E aos trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores familiares sem remuneração perguntam se gostariam de ter um "emprego" (supõe-se que seja no sentido estrito) de tempo integral recebendo o salário mínimo. Esta pergunta deixa de constar em 1976 e é retomada em 1979.

Em 1976 são introduzidos diversos quesitos, a maioria dos quais não permanece nos anos seguintes. Indagam às pessoas que não tinham trabalho na semana de referência se haviam trabalhado em qualquer período no ano anterior, o que permite obter a População Economicamente Ativa no ano. Ao indivíduo economicamente ativo, passa-se a indagar se é contribuinte de algum instituto de previdência (esta é a única deste grupo de perguntas que se mantém em 1979). E uma série de nove perguntas é destinada especificamente aos empregados, indagando como conseguiram a ocupação declarada, se fizeram jus a mais de doze salários e outras sobre sua trajetória ocupacional ⁷².

E em 1979, finalmente, são introduzidas três novas perguntas com o objetivo de avaliar as dimensões dos estabelecimentos a partir do número de pessoas que neles trabalham. Indaga-se neste sentido aos empregados quantas pessoas trabalham na empresa ou negócio onde exercem sua atividade; aos empregadores, quantas pessoas emprega, e aos trabalhadores por conta própria e empregadores, quantas pessoas não remuneradas ajudam no trabalho.

4.3 — Posição na ocupação: seu lugar na estrutura do questionário

Tendo em vista a importância atribuída pelos autores que discutem o tema do "emprego" às categorias ocupacionais — na PNAD, expressa no quesito "posição na ocupação" —, procuraremos analisar de maneira mais detalhada cada uma delas, relacionando-as com o conjunto de perguntas relativas à mão-de-obra no questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

De início, tentaremos observar o lugar ocupado pelo quesito "posição na ocupação" nos questionários tomados para análise. Em 1968 e 1973 a pergunta relativa à posição na ocupação pertence ao item 6, "descrição da ocupação", que no Manual de Instrução está incluído no Capítulo III, "Emprego ou Negócio e Rendimentos". Tal item é precedido por uma série de perguntas, definidas no Manual de Instrução no Capítulo II, "Condição de Emprego", o que permite levantar algumas questões. Se em 1968 e 1973, assim como em 1976 e 1979, a primeira pergunta do questionário procura investigar o que o entrevistado "... esteve fazendo na semana de referência (trabalhando, tinha trabalho mas não estava trabalhando, procurando trabalho ou inativo)", observa-se uma distinção quanto ao encaminhamento do questionário nos dois primeiros anos em relação aos dois últimos. Os quesitos que nos questionários de 1968 e 1973 antecedem a "descrição da ocupação", referem-se a "horas trabalhadas" inclusive "horas extras"; o fato de o informante ter um ou mais empregos; o

⁷² Neste sentido são feitas as seguintes perguntas: se o emprego atual é o primeiro trabalho que tem; tempo que esteve sem trabalhar entre o emprego atual e o anterior; ocupação exercida antes da declarada e há quanto tempo trabalha na ocupação declarada.

motivo pelo qual faltou ao trabalho na semana de referência e, se nesse caso, recebeu pagamento, além de uma série de quesitos quanto à "procura de trabalho". O que se pode notar é que a maioria desses quesitos pressupõe uma delimitação da "posição na ocupação" que só é levada a efeito posteriormente. Isso fica explícito nos quesitos 3f e 4b em 1968 e 3g e 4b em 1973 que utilizam categorias de "posição na ocupação" que serão definidas no quesito 6c (1968 e 1973).

3f e 3g: ... trabalhou em mais de um emprego ou para mais de um *empregador* na Semana Passada?

- Sim Não

4b: ... recebeu pagamento pelo tempo que ficou sem trabalhar na Semana Passada?

- Sim
 Não
 Conta própria

6c: ... é (era)

- Empregado Particular
 Empregado Público
 Empregador
 Trabalhador por Conta Própria
 Trabalhador Familiar Sem Remuneração

Mesmo naqueles quesitos onde não há uma referência clara à "posição na ocupação", pode-se perceber uma vinculação implícita entre ela e certas perguntas, como por exemplo no quesito sobre "horas trabalhadas" cujas alternativas apresentadas — "tempo parcial e tempo integral" — estão muito mais relacionadas à atividade do "emprego" do que as demais categorias.

Por sua vez, em 1976 e 1979 percebe-se uma mudança na ordenação do questionário, passando os quesitos referentes à "descrição da ocupação" a situar-se após as perguntas que procuram detectar o contingente de "pessoas trabalhando", "procurando trabalho" e "nem trabalhando, nem procurando", ou seja, os quesitos que buscam delimitar a PEA e não-PEA.

4.4 — Análise das categorias de posição na ocupação

Um estudo mais atento sobre as categorias "posição na ocupação" investigadas pelas PNADs 1968, 1973, 1976 e 1979 demonstra de um lado a existência de algumas modificações significativas e de outro a permanência de uma série de elementos ao longo destes anos. Tal permanência é expressa não só pela manutenção de algumas categorias que passam todas as PNADs, como pelas suas próprias definições que mantêm uma certa continuidade. Assim, observa-se nestas PNADs a presença de quatro categorias centrais: "empregado", "trabalhador por conta própria", "empregador" e "membro da família não remunerado". São essas categorias que se constituem no objeto dessa parte do estudo, na medida em que todas as outras que aparecem nos diferentes anos poderiam ser consideradas subcategorias em relação àquelas.

A categoria "empregado" — a primeira a ser analisada — em 1968 e 1973 aparece subdividida em duas outras: "empregado particular" e "empregado público". O critério utilizado para estabelecer essa distinção diz respeito ao tipo de "empregador" ao qual o "empregado" está vinculado: "organização, empresa ou entidade" no caso do particular em 1968, e "indivíduo, firma ou instituição" em 1973, e "Governo Federal e Municipal" no caso do "empregado público" (vide quadro 1). Entretanto, a categoria "empregador", nesses

anos não se apresenta de forma explícita na definição de “empregado”. Já em 1976 e 1979 desaparece a distinção “particular”/“público” que passa a ser englobada numa só categoria: “empregado”. Por outro lado, surge de maneira clara a vinculação da categoria “empregado” à categoria “empregador”, esta última sintetizando o que em 68 e 73 era definido como organização, indivíduo, firma ...” (vide quadro 1). Tal vinculação delimita melhor o “empregado” em função da definição de “empregador”, criando uma relação de complementariedade, o que não deixa de apresentar algumas dificuldades. O caso do trabalho doméstico é exemplar para se perceber os problemas que essa complementariedade acarreta. Se em 1968 e 1973 observa-se uma preocupação em caracterizá-lo com maior cuidado ⁷³, explicitando a sua inclusão na categoria “empregado”, em 1976 não há nenhuma referência a esse tipo de trabalho. A categoria “empregado doméstico” aparece apenas para definir por negação o “empregador”. Assim, na definição de “empregador” encontra-se registrado: “... não serão incluídas neste grupo as pessoas que só tenham empregados domésticos” (vide quadro 3). Em 1979, persiste essa referência do “empregado doméstico” na categoria “empregador”, porém opera-se uma nova distinção entre “serviço doméstico”, classificado na categoria “conta-própria” e o “empregado doméstico que recebe em benefícios” como “empregado”. Ora, seja por omissão em 1976, ou pela tentativa de melhor compreensão do trabalho doméstico em 1979, o que se percebe é que a noção de “empregado doméstico” não se ajusta às definições de “empregado” e de “empregador”. Como classificar o “empregado doméstico” na categoria “empregado” se esta pressupõe uma relação direta com o “empregador”, que por sua vez, a nível da sua definição, não pode ser considerado como tal quando utiliza “empregados domésticos”? A única possibilidade de enquadramento deste tipo de trabalhador na categoria “empregado” se dá enquanto uma exceção, que necessita de uma melhor especificação.

A análise das definições de “empregado” ao longo dos anos estudados, demonstrou a permanência de determinados elementos, quais sejam: a) prestação de serviço a ... ⁷⁴; e b) remuneração em dinheiro e/ou bens, que, nesse sentido, podem ser considerados elementos definidores da categoria. Além destes, em 1976 surge a noção de “acordo verbal ou escrito para a realização de um trabalho em base contínua”, que em 1979 é redefinido na noção de “trabalho fixo” (vide quadro 1). Observa-se que tais noções, que nesses anos fazem parte da definição de uma das categorias de “posição na ocupação”, em 1968 e 1973 constituíam-se no núcleo do conceito de “emprego”.

EMPREGO		EMPREGADO	
1968	1973	1976	1979
Acordo definitivo	Acordo	Acordo verbal ou escrito	
Trabalho regular	Trabalho em base contínua	Trabalho em base contínua	Trabalho fixo
Compensação financeira	Compensação financeira	Compensação financeira	Remuneração
Tempo parcial ou integral			

⁷³ “Registros que requerem cuidados especiais: b) Trabalhos Domésticos: Passadeiras, Lavadeiras, Cozinheiras, que trabalham em casa de família, mesmo por hora deverão ser registradas como empregados particulares” Manual de Instrução, PNAD 68, p. 68; PNAD 73, p. 128.

⁷⁴ Em 1973, não aparece a expressão “prestar serviços” e sim “trabalho executado para ...”.

Tal diferença não é sem conseqüências. Como já foi observado anteriormente a presença de um conceito de "emprego" nas PNADs de 1968 a 1973, que extrapola a definição das diversas categorias, é um indicador do papel que esse conceito tem em termos de nortear todas as perguntas do questionário sobre mão-de-obra. Isto denota uma determinada orientação no sentido de identificar "emprego" a "trabalho", na medida em que os termos são intercambiados como sinônimos e, nesse sentido, o termo "emprego" algumas vezes refere-se às várias categorias. Por exemplo, nos quesitos sobre "horas trabalhadas", respondidos por todos os informantes independentemente de sua "posição na ocupação", constata-se tal fato:

3a: Tantas horas ... trabalhou em todos os empregos na Semana Passada?

... horas (Se 40 ou mais ...)
(Se menos de 40 ...)

Nas PNADs 1976 e 1979, nota-se uma preocupação em distinguir as noções de "emprego" e de "trabalho", de um lado, através do "desaparecimento" do conceito de "emprego" e sua inclusão de forma implícita na definição da categoria "empregado" e, de outro, de uma conceituação de "trabalho" que é explicitada no Manual de Instrução da PNAD 1979. Assim entende-se por trabalho o exercício de:

- a) ocupação econômica remunerada em dinheiro e/ou mercadorias ou produtos; e
- b) ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente pelo menos durante 15 horas por semana em ajuda a membro do domicílio que tem uma atividade econômica, em ajuda a instituição religiosa, de caridade, beneficente ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc....

NOTA: Também será considerada trabalho a atividade de empregado doméstico remunerado somente em benefícios⁷⁵.

A utilização da noção de "trabalho" como "ocupação econômica" é um avanço em relação aos conceitos presentes nas PNADs anteriores, na medida em que permite abarcar todas as categorias de "posição na ocupação", sem a distorção que o conceito de "emprego" cria quando usado de maneira indiscriminada. Ainda que nas PNADs 1968 e 1973 exista, concomitantemente ao conceito de "emprego", também o de "negócio", utilizado para designar a atividade do "conta-própria" e do "empregador", algumas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, não há, como no caso do "emprego", uma definição de "negócio" e, sim, como já se observou, a especificação de determinadas condições que caracterizam o "negócio" e a listagem de algumas atividades que podem ou não ser consideradas como tal⁷⁶. Em segundo, a noção de "negócio" tem a sua importância minimizada em função da predominância do conceito de "emprego" no conjunto dos questionários⁷⁷.

Convém assinalar que é justamente na PNAD 1979, onde aparece explicitado o conceito de "trabalho", que se observa o "enfraquecimento" da noção de "emprego", quando da incorporação dos chamados "bóias-frias" à categoria "empregado". Se o "trabalho fixo" é o elemento fundamental na definição do "emprego", a introdução do "bóia-fria" é *sui generis* uma vez que, por definição, ele "não tem trabalho fixo". O que possibilita a sua inclusão na categoria "empregado" são os seguintes elementos: a) prestação de serviço e b) remuneração.

⁷⁵ Manual de Instrução — PNAD 1979, p. 48 e 49.

⁷⁶ Vide Manual de Instrução — PNAD 1968, p. 71 e PNAD 1973, p. 91 e 92.

⁷⁷ No exame do questionário salta aos olhos a presença do termo "emprego" na maior parte das perguntas e a pouca referência ao termo "negócio", o que mais do que uma questão terminológica, indica a predominância do conceito de "emprego" na orientação da pesquisa.

neração (vide quadro 1). A partir dessas observações, poder-se-ia supor que nas PNADs anteriores, onde a categoria "bóia-fria" não aparecia, esse tipo de trabalhador estivesse sendo classificado na categoria "conta-própria". Principalmente na PNAD 1968, essa probabilidade é bem maior na medida em que se verifica que a "prestação de serviços" é também um dos elementos definidores do "trabalhador por conta-própria".

Em 1968, as categorias "conta-própria" e "empregador" aparecem agregadas, caracterizando todas aquelas "pessoas que trabalham visando renda ou lucro em seu próprio negócio" (vide quadro 2). Todavia, observa-se uma tentativa de defini-las separadamente. No caso do "empregador" percebe-se que tal definição permanece ao longo dos anos estudados, enquanto que a de "conta-própria" sofre uma série de modificações.

A definição de "conta-própria" em 1968 abarcava duas características: "a de prestar serviços a pessoas ou organizações ou a de explorar uma atividade sob sua exclusiva responsabilidade, trabalhando individualmente ou apenas com ajuda de membros da própria família" (vide quadro 2). Essa definição associa duas formas de atividades do "conta-própria", formas essas que são centrais na caracterização da categoria "empregado" e "empregador" (a "prestação de serviço" no caso do "empregado" e a "exploração de uma atividade" no do "empregador"). Ainda que se considere a "prestação de serviços" como um dos elementos definidores do "conta-própria", seria necessário uma melhor especificação da relação de trabalho em jogo, para diferenciá-lo do empregado. Em 1973, há uma tentativa de minimizar essa dificuldade com a eliminação da "prestação de serviço" como traço definidor da categoria, permanecendo a noção de "explorar uma atividade" na sua definição. O que se observa é que mesmo assim os limites desta categoria em relação à de "empregador" mantêm-se fluidos, sendo a utilização ou não de mão-de-obra remunerada o único elemento que as distingue.

A partir de 1976, nota-se uma preocupação em diferenciar melhor o "conta-própria" do "empregador", acompanhada de uma elaboração mais cuidadosa da primeira categoria. Nesse sentido, a noção de "explorar uma atividade" é substituída pela de "exercer uma atividade", e a própria categoria é fracionada em: "conta-própria estabelecido" e "... não estabelecido" (vide quadro 2). Nessa distinção o que está em jogo é a possibilidade de ter ou não estabelecimento ou local próprio e a habilitação legal. Posteriormente essa distinção foi abolida, dando lugar, em 1979, a uma categoria cuja definição engloba as duas possibilidades.

A categoria "empregador", por sua vez, a partir de sua desvinculação do "trabalhador por conta-própria", mantém-se praticamente inalterada ao longo das PNADs (vide quadro 3), enquanto os "membros da família sem remuneração" apresentam algumas diferenças que convém destacar. Os elementos fundamentais da definição são: a) "ajuda a ..." e b) "sem remuneração". Enquanto em 1968 e 1973 a idéia de "família" é que orienta a caracterização desta categoria, em 1976 e 1979 passa-se a falar de domicílio — como uma forma de pensar a "família" através do grupo doméstico — e abre-se espaço para apreender o "trabalhador não-remunerado" em instituições (vide quadro 4). Além disso, se em 1968 e 1973 a definição de "membro da família sem remuneração" o vincula à existência de um "trabalhador por conta-própria" ou "empregador" no mesmo domicílio, em 1976 e 1979 o "não remunerado" poderá também estar ligado a um "empregado".

5 – CONCLUSÃO

5.1 – Retomando questões teóricas

A partir da exposição das principais mudanças ocorridas nas PNADs nos anos selecionados e da análise das diversas categorias de posição na ocupação, procurar-se-á examinar algumas questões à luz da discussão teórica em torno do tema do “emprego”.

Retomando as colocações feitas no início deste trabalho, observa-se que os dados relativos à “posição na ocupação” são os mais utilizados pelos autores, seja por aqueles que procuram discutir o “emprego” tomando como referência a inserção na produção, ou por aqueles que centram seu enfoque analítico na noção de “produtividade marginal”. Para os primeiros – como Lúcio Kowarick, Elizabeth Jelin e Paulo Renato de Souza – preocupados em apreender formas distintas de organização da produção (apesar das diferenças teóricas existentes entre eles), os dados sobre “posição na ocupação” são fundamentais na medida em que permitem captar, numa primeira aproximação, como os indivíduos se inserem de maneira diferenciada no sistema produtivo. Já no segundo caso, os dados sobre “horas trabalhadas” e “renda” são determinantes embora haja recurso constante às categorias de “posição na ocupação” como no trabalho de Salm e O’Brien.

A utilização dos dados de “posição na ocupação” gera uma série de problemas que em certo sentido já foram apontados quando se procurou examinar as análises empíricas dos autores em relação a suas formulações teóricas. O primeiro problema observado diz respeito ao fato de a pesquisa estar predominantemente voltada para a área urbana, o que de um lado limita as análises ao “emprego urbano”, e de outro cria dificuldades quando da integração teoria/dados, como no caso de Salm e O’Brien que constróem seu modelo teórico visando a área rural e utilizam dados relativos à área urbana. Mesmo entre aqueles que se propõem discutir o tema do “emprego” ligado às zonas urbanas, percebe-se a existência de alguns problemas no tratamento dos dados. Particularmente em relação à PNAD, onde as categorias não estão claramente definidas e sofrem modificações ao longo do tempo, buscando um maior aperfeiçoamento, observa-se algumas dificuldades em termos de uma elaboração teórica coerente que integre as análises empíricas. No caso do “trabalhador por conta própria”, centro das investigações dos autores preocupados com as formas de organização da produção, isto se torna evidente. Pelo que se pode observar, tal categoria apresenta alguns problemas quando da sua primeira formulação em 1968, onde aparece agregada à categoria “empregador”, e possui uma definição “dupla” que o aproxima do “empregado”. Por um lado isso se explica pela força que a noção de “emprego” possui nas PNADs de 1968 e 1973, o que implica uma orientação do questionário para investigar principalmente a categoria “empregado”; de outro pela pouca atenção dada às demais categorias, e mais que isto, pelo fato de se tomar como parâmetro as características do “empregado” e

em certo sentido estendê-las às outras categorias. Por exemplo, os quesitos sobre "horas trabalhadas" são indagados, como já foi dito, antes de se determinar em que posição na ocupação se enquadra o informante, e portanto a todas as pessoas que estavam trabalhando. Os limites a partir dos quais se qualifica o tempo de trabalho são "tempo integral" e/ou "tempo parcial", típicos de uma relação de "emprego contratual" que se verifica no âmbito do mercado formal de trabalho, e inadequados para qualificar as diferentes relações de trabalho.

Em 1976 e 1979, apesar da tentativa de se reestruturar o questionário, localizando as perguntas relativas a "horas trabalhadas" após a "descrição da ocupação" e orientando algumas perguntas para categorias de posição na ocupação específica, observa-se que as relações de trabalho típicas do "empregado" continuam sendo tomadas como ponto de referência. No quesito específico para o "trabalhador por conta-própria", "empregador" e "não remunerado" na PNAD 79, indaga-se se gostariam "de ter um emprego trabalhando 40 horas ou mais por semana recebendo o salário mínimo" ⁷⁸. Tal pergunta pode denotar uma visão etnocêntrica na medida em que há dificuldade em perceber outras relações de trabalho em sua especificidade, sugerindo que tais relações estão sendo pensadas, particularmente no caso do "conta-própria", como características de uma situação de "subemprego". A utilização dos dados sobre "horas trabalhadas" da PNAD 1968 ⁷⁹ por parte de Cláudio Salm e F.S. O'Brien possibilita a construção do índice de "subemprego visível" que coloca alguns problemas já analisados anteriormente. Nessa construção, os autores não fazem uso dos dados de "posição na ocupação", na medida em que as perguntas, a partir das quais são obtidas as informações, são respondidas por todas as pessoas que estavam trabalhando. Já para o índice de "desemprego disfarçado" lançam mão da categoria "empregador e conta própria", cruzada com os dados de rendimento. Se o corte por renda possibilita a exclusão dos grandes "empregadores" e dos "trabalhadores por conta-própria" com altos rendimentos, permanece como problema a agregação de duas categorias que expressam relações de trabalho distintas.

Em 1973 as categorias são desagregadas, porém não se verifica uma preocupação em redefini-las com mais cuidado. Uma das definições de "conta-própria" permanece e somente em 1976 observa-se a tentativa de melhor caracterização da categoria (vide quadro 2). Contudo a distinção "conta-própria estabelecido" e "não estabelecido" é embasada numa diferenciação jurídica que se relaciona diretamente com os mecanismos do mercado formal de trabalho, não chegando a elucidar as relações de trabalho em jogo.

A categoria "empregador" por sua vez sofre pequenas alterações ao longo das PNADs estudadas (vide quadro 3). O cerne de sua definição é a utilização de mão-de-obra remunerada, o que faz com que ela abarque pequenos, médios e grandes "empregadores". Convém assinalar que, se a remuneração do trabalhador é um elemento importante para a a qualificação das relações sociais que a categoria "empregador" envolve, há casos em que seria necessário determinar outros elementos para melhor defini-la. No caso de alguns pequenos "empregadores", o fato de serem auxiliados por mão-de-obra remunerada não torna possível a sua caracterização como "empregador", uma vez que as relações de trabalho onde estão inseridos em muito se aproximam daquelas do "trabalhador por conta-própria". No artigo de Jelin, os dados que procuram separar as pequenas das médias e grandes empresas a partir do número de pessoas que trabalham com remuneração têm por objetivo distinguir formas de organização da produção e melhor apreendê-las. Na PNAD 1979, algumas perguntas são introduzidas, visando obter informações que permitam avaliar as dimensões dos estabelecimentos, com o objetivo sobretudo de possibilitar maior respaldo empírico aos estudos que visam detectar as diferentes formas de organização da produção. Neste sentido, o questionário de 1979 indaga aos "empregados" quantas pessoas trabalham na empresa

⁷⁸ Questionário da PNAD Mão-de-Obra 1979, quesito 10.

⁷⁹ Esses dados são obtidos a partir dos quesitos 3d e 3e do Questionário da PNAD 1968.

ou negócio onde trabalha, com as opções de resposta: até 5 e 6 ou mais. Aos "empregadores" pergunta-se quantas pessoas emprega, podendo sua resposta enquadrar-se em: até 2, 3 a 5 e 6 ou mais.

A categoria "empregado", nos estudos preocupados com a inserção dos indivíduos no sistema produtivo é associada à noção de "trabalho assalariado", como definidora de uma relação tipicamente capitalista. Nas PNADs de 1968 e 1973 esta associação aparece explicitamente, e nos outros anos permanece subjacente. Todavia, o conceito de "emprego", marcado pelas noções de "acordo definitivo", "trabalho regular" ou "trabalho em base contínua", restringe a categoria "empregado" a um tipo de relação de trabalho mais formalizada. Nas PNADs 1968, 1973 e 1976 isso cria problemas quanto à categorização dos chamados "bóias-frias", que a nível teórico são considerados como assalariados, mas que talvez estivessem sendo computados como "trabalhadores por conta-própria" devido às restrições conceituais. Em 1979, procura-se incorporar os "bóias-frias" à categoria "empregado", como uma definição à parte, sem que haja uma reelaboração da própria definição de "empregado" ⁸⁰.

Por sua vez, as relações não tipicamente capitalistas são pensadas nesses estudos através da categoria "conta própria", e em conjunto com os "não remunerados" e aqui, como já se procurou demonstrar, encontrar-se o cerne das dificuldades em traduzir as questões teóricas no plano da análise empírica. Tendo em vista que os questionários das PNADs estudadas estão muito mais voltados para a investigação da categoria "empregado", mesmo após a reformulação que coloca o conceito de "trabalho" como principal norteador da pesquisa, alguns problemas persistem. De um lado, a insuficiente atenção dada às outras categorias de "posição na ocupação", em que pese o esforço nesse sentido, e de outro, a presença subjacente do conceito de "emprego" cuja força é inegável e num certo sentido ainda orienta a pesquisa. A utilização da noção de "trabalho" constitui-se em um certo avanço em termos conceituais que, entretanto, requer um aprimoramento. O esforço em melhor definir a nível conceitual as categorias utilizadas se faz necessário, na medida em que possibilita um aperfeiçoamento do questionário no sentido de permitir estudos mais aprofundados sobre as distintas relações de trabalho.

5.2 — Algumas sugestões

Repensando a evolução da PNAD mão-de-obra tal como foi analisada, algumas observações ainda podem ser feitas com vistas a levantar questões que possam vir a contribuir para um aprimoramento da pesquisa.

Se, como já foi exposto, a evolução da PNADs mão-de-obra encaminha-se no sentido de uma melhor definição de seus conceitos, basicamente com a substituição do conceito de "emprego" pelo de "trabalho" (em que pesem os problemas apontados), alguns aspectos das PNADs 1968 e 1973 poderiam ser reapropriados no desenvolvimento da pesquisa. Em particular, três aspectos merecem atenção. Em primeiro lugar, o fato de nessas PNADs o informante ter uma margem maior de opção em termos das respostas, com perguntas em aberto e, no caso de várias alternativas, cabendo a ele decidir pela mais importante, permite uma representação mais adequada da realidade investigada. A preocupação com a operacionalização dos dados nesse sentido deve adequar-se à tentativa de se obter informações o mais próximo possível desta realidade. Em segundo lugar, ainda em 1968 e 1973, existem alguns quesitos eliminados posteriormente e dirigidos às pessoas "fora da força de trabalho" que investigam o "emprego mais recente" e o "interesse em voltar a trabalhar". Tais perguntas poderiam ser ampliadas possibilitando a obtenção de um maior número de informações sobre esse contingente, o que viria contribuir para checar os limites, em geral fluídos, entre os

⁸⁰ No Censo de 1980 foi introduzida a categoria "trabalhador agrícola volante" como uma nova opção de posição na ocupação.

indivíduos considerados “dentro e fora da força de trabalho”. Além disso, entre outras coisas, forneceriam subsídios para os estudiosos interessados nos temas referentes ao papel da mulher na estrutura social. Finalmente, convém lembrar que essas PNADs classificam o “mutirão ou intercâmbio” como uma das formas de trabalho — forma essa eliminada a partir de 1976 — o que se constitui em um espaço para se pensar as relações de trabalho na área rural, na medida em que é aí onde ele ocorre com maior frequência. Ora, é particularmente no caso da área rural, cuja complexidade das relações de trabalho requer maior atenção da pesquisa, que talvez fosse interessante a formulação de quesitos específicos buscando melhor captar tal complexidade.

QUADRO 1

EMPREGADO			
1968	1973	1976	1979
<p>- Particular: pessoas que prestam serviços a uma organização, empresa ou entidade, sob o regime de subordinação administrativa ou técnica, mediante remuneração em dinheiro ou produtos.</p> <p>-----</p> <p>- Público: funcionários do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Inclusive pessoas que exercem mandatos eletivos, ou funcionários civis de entidades militares, e pessoas que trabalham para órgãos internacionais ou governos estrangeiros.</p>	<p>- Particular: pessoas que recebem remuneração em dinheiro ou pagamentos em bens pelo trabalho executado para indivíduo, firma ou instituição.</p> <p>-----</p> <p>- Público: Idem 1968.</p>	<p>- pessoa que presta serviço a um empregador, remunerada em dinheiro e/ou bens.</p> <p>-----</p> <p>- para ser considerado empregado é necessário a existência de um acordo (verbal ou escrito) para a realização de um trabalho em base contínua pelo qual se recebe uma compensação financeira em dinheiro e/ou bens.</p> <p>-----</p> <p>- estão incluídas neste grupo as pessoas que exercem mandatos eletivos, e as pessoas que trabalham para órgãos internacionais ou para governos estrangeiros.</p>	<p>- pessoa que tem um trabalho fixo prestando serviço a um empregador, remunerada em dinheiro e/ou bens.</p> <p>-----</p> <p>- Idem 1976.</p> <p>-----</p> <p>- foi incluída nesta categoria, a que em 1976 era classificada como Parceiro Empregado.</p> <p>-----</p> <p>- pessoas sem trabalho fixo, que prestam serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remuneradas por tarefas, dias ou horas, contratadas ou arremetadas por intermédio diário, de quem recebem pagamentos ou que oferecem seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo pagamento.</p>
<p>Obs: Trabalho Doméstico: Passadeiras, Lavadeiras, Cozinheiras que trabalham em casa de família mesmo por hora deverão ser registradas como Empregadas Particulares.</p> <p>Obs: Clérigos: Empregados particulares.</p>	<p>Obs: Idem 1968.</p> <p>Obs: Atividades Não-regulares para empresa, negócio ou pessoa particular: empregados particulares*</p> <p>Obs: Idem 1968.</p>		<p>Obs: Os empregados domésticos que recebem somente em benefícios como pagamento de seus trabalhos deverão ser registrados como empregados.</p>

NOTA: (*) Durante o treinamento a classificação das Atividades Não-Regulares foi corrigida para Trabalhador por conta própria.

Legenda: - - - - : quando há subcategorias na mesma categoria.
 - - - : quando há diferentes definições da mesma categoria.

QUADRO 2

CONTA-PRÓPRIA			
1968	1973	1976	1979
<p>— Conta Própria e Empregador formam uma única categoria: pessoas que trabalham visando renda ou lucro em seu próprio negócio.</p> <p>Empregador: todo aquele que explora uma atividade econômica auxiliado por um ou mais empregados.</p> <p>-----</p> <p>Conta-Própria: aquele que presta serviço a pessoas ou organizações ou</p> <p>-----</p> <p>que explora uma atividade sob sua exclusiva responsabilidade, trabalhando individualmente ou apenas com ajuda de membros da própria família.</p>	<p>— Idem</p> <p>Obs: ... ajuda de membros não remunerados da própria família.</p>	<p>— Estabelecido: pessoa que exerce atividade em estabelecimento ou local próprio, individualmente ou com auxílio de membro da família não remunerado e aquela que embora não estabelecida possua habilitação legal para o exercício da ocupação.</p> <p>-----</p> <p>— Não Estabelecido: pessoa que sem ter um estabelecimento ou local próprio, exerce atividade individual ou com auxílio de membro da família não remunerado, sem ter uma habilitação para o exercício da ocupação.</p>	<p>— A categoria englobou a distinção Estabelecido/não Estabelecido de 1976: pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com auxílio de membro não remunerado do domicílio, tendo ou não estabelecimento ou local próprio para essa atividade, e possuindo ou não habilitação legal para o exercício dessa ocupação.</p> <p>-----</p> <p>— Foi incluído nesta categoria, a que em 1976 era classificada como Parceiro Conta-Própria.</p> <p>-----</p> <p>— Estão incluídas neste grupo as pessoas que prestam serviços domésticos remunerados por hora ou por dia.</p>
<p>Obs: Atividades Não-Regulares: As atividades não regulares compreendem o trabalho não permanente para uma empresa, negócio ou pessoa particular. Por exemplo, a pessoa que se dedica à reparação ou conservação em domicílios particulares deverá ser registrada como trabalhando por conta-própria.</p>			

Legenda: +----+ : quando há subcategoria na mesma categoria.

- - - : quando há diferentes definições da mesma categoria.

QUADRO 3

EMPREGADOR			
1968	1973	1976	1979
- Idem definição do quadro Conta Própria.	- Pessoas que trabalham visando renda ou lucro em seu <u>próprio negócio</u> , propriedade agropecuária, oficina, loja, escritório, etc ... ----- Todo aquele que explora uma atividade econômica auxiliado por um ou mais empregados (não se consideram os empregados domésticos)	- Idem 1973.	- Idem 1976. ----- - Foi incluída nesta categoria, a que em 1976 era classificada como Parceiro Empregador.

Legenda: - - - - : quando há diferentes definições da mesma categoria.

QUADRO 4

SEM REMUNERAÇÃO			
1968	1973	1976	1979
<p>— Trabalhador familiar sem remuneração: trabalhando sem remuneração em negócio familiar, 15 horas no mínimo sem receber salário.</p>	<p>— Trabalhador familiar sem remuneração: para as pessoas que ajudam o trabalho do chefe ou de outras pessoas da família sem remuneração em dinheiro.</p>	<p>— Membro da Família Não Remunerado: pessoa que trabalha normalmente 15 horas ou mais por semana sem remuneração ajudando a pessoa com a qual reside.</p> <p>— Membro de Instituição Não-Remunerado: pessoa que trabalha normalmente 15 horas ou mais por semana para Instituição religiosa, escolar, beneficente, de caridade ... e não recebe remuneração direta (dinheiro ou produtos)</p>	<p>— Não Remunerado: pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio que tem uma atividade econômica.</p> <p>— pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a instituição religiosa, de caridade, beneficente ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz, estagiário, etc ...</p>
<p>Obs: Na unidade da amostra quando se encontra um Trabalhador Não Remunerado, também se encontrará um outro que trabalha por conta-própria.</p>	<p>Obs: Quando se encontra um Trabalhador Familiar Sem Remuneração (TFSR) terá de haver também um outro membro do domicílio que trabalhe como empregador ou por conta própria.</p>		

Legenda: - - - - : quando há subcategorias na mesma categoria.

- - - : quando há diferentes definições da mesma categoria.

QUADRO 5

PARCEIRO			
1968	1973	1976	1979
		<p>— Empregado: pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca), individualmente ou com auxílio de membro da família não remunerado, recebendo pela exploração uma parte da produção, e que não possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria.</p> <p>-----</p> <p>— Conta-Própria: pessoa que explora uma atividade econômica (...) individualmente ou com auxílio de membro da família não-remunerado, pagando pela exploração com parte da produção e que possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria.</p> <p>-----</p> <p>— Empregador: pessoa que explora uma atividade econômica (...) auxiliada por um ou mais empregados, pagando pela exploração com parte da produção e que possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria.</p>	

Legenda: "-----" : quando há subcategoria na mesma categoria.

<p>4c. Quantas horas..... trabalha por semana, REGULARMENTE, nesse emprego?</p> <p>..... (Passe ao 6)</p>	<p>4c</p> <p>53</p>	<p>6b. A qual classe de atividade ou indústria corresponde o trabalho?</p> <p>.....</p> <p>(Siga 6c)</p>	<p>6b</p> <p>67-68-69</p>
<p>5. tomou alguma providência, para conseguir trabalho nos dois últimos meses?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (Siga 5a)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 7)</p>	<p>5</p> <p>54</p>	<p>6c. Era... ---</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Empregado de companhia ou negócio PARTICULAR ou de indivíduo, por diário, salário, comissão ou pagamento em bens?..... P</p> <p>(Siga 6d)</p>	<p>6c</p> <p>70</p>
<p>5a. Que fez..... nos dois últimos meses para conseguir trabalho?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Consultou alguma agência de emprego público?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Consultou alguma agência de emprego particular?</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Consultou diretamente a empregadores? (Siga 5b)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu a anúncios?</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Consultou amigos ou parentes?</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> <p>.....</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Nada (Passe ao 7)</p>	<p>5a</p> <p>55</p>	<p>2 <input type="checkbox"/> Empregado público?..... G</p> <p>(federal, estadual ou municipal)</p> <p>(Siga 6d)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Empregador ou trabalhador por CONTA PRÓPRIA?..... CP</p> <p>(Passe ao 6c)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Trabalhador-familiar SEM REMUNERAÇÃO?..... SR</p> <p>(Encerre a entrevista)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> NUNCA TRABALHOU?..... NT</p> <p>(Encerre a entrevista)</p>	<p>6d</p> <p>71-72</p>
<p>5b. Quando foi a ÚLTIMA vez que..... tomou a providência indicada?</p> <p>Data...../...../..... (Siga 5c)</p>	<p>5b</p> <p>56</p>	<p>6d. Quanto ganha (ganhava)..... NORMALMENTE, por semana neste emprego?</p> <p>NCR\$..... (somente em dinheiro)</p> <p>NCr\$..... (além de uma parte em bens)</p> <p><input type="checkbox"/> Pagamento unicamente em bens</p> <p>(ENCERRE A ENTREVISTA)</p>	<p>6e</p> <p>73</p>
<p>5c. Há quantas semanas.... vem procurando trabalho?</p> <p>..... semanas (Siga 5d)</p>	<p>5c</p> <p>57</p>	<p>6e. emprega uma ou mais pessoas por diária, salário, ou pagamento em bens?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>(Siga 6f. SE AGROPECUÁRIA EM 6b, EN CERRE A ENTREVISTA)</p>	<p>6f</p> <p>74</p>
<p>5d. está procurando emprego (ou esperando novo emprego para começar dentro de 30 dias) para trabalhar em regime de:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Tempo integral?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Tempo parcial?</p> <p>(Siga 5e)</p>	<p>5d</p> <p>58</p>	<p>6f. Quanto foi (ou era) a renda mensal total de..... nesse negócio ou profissão?</p> <p>NCR\$.....</p> <p>(Siga 6g)</p>	<p>6g</p> <p>75</p>
<p>5e. Até quando..... trabalhou pela última vez em emprego de tempo integral ou negócio por tempo igual ou superior a duas semanas consecutivas?</p> <p>...../..... (Se, nos últimos 5 anos)</p> <p>(Mês) (Ano)</p> <p><input type="checkbox"/> Há mais de 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca trabalhou</p> <p>(Siga 5f. SE TEM NOVO EMPREGO A COMEÇAR DENTRO DE 30 DIAS, PASSE AO 6)</p>	<p>5e</p> <p>59</p>	<p>6g. Qual é (foi) o ganho líquido mensal total de..... nesse negócio ou profissão?</p> <p>NCR\$.....</p> <p>(Encerre a entrevista)</p>	<p>6h</p> <p>76</p>
<p>5f. Que espécie de trabalho..... está procurando?</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>(Siga 5g)</p>	<p>5f</p> <p>60-61-62</p>	<p>7. pretende procurar qualquer tipo de trabalho, nos próximos 12 meses?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Provavelmente</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não sei</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depende (Especifique)</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>(Siga 7a)</p>	<p>7</p> <p>77</p>
<p>5g. Há alguma razão particular para que..... não aceite um emprego agora?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim (especifique a razão)</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p><input type="checkbox"/> Não (Siga 6)</p>	<p>5g</p> <p>63</p>	<p>7a. Quando..... trabalhou pela última vez em um emprego ou atividade regular?</p> <p>...../..... (So nos últimos 5 anos)</p> <p>(Mês) (Ano)</p> <p>(Siga 7b)</p> <p><input type="checkbox"/> Há mais de 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca trabalhou</p> <p>(Encerre a entrevista)</p>	<p>7a</p> <p>78</p>
<p>6. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO</p> <p>6a. Que espécie de trabalho..... tinha?</p> <p>.....</p> <p>(Siga 6b)</p>	<p>6a</p> <p>64-65-66</p>	<p>7b. Por que..... deixou esse emprego?</p> <p>.....</p> <p>(Passe ao 6 e descreva o emprego em 6a, 6b e 6c)</p>	<p>7b</p> <p>79</p>

PREENCHA PARA CADA												
NÚMERO			PARA USO DA REPAR- TICÃO	N.º de ordem na FRD	Relação com o chefe	Sexo	Idade	Lugar de nascimento	Grau de instrução	Estado con- jugal	CASAL PRESENTE	
da pesquisa	de contróle	de série									Tipo	N.º de filhos
1. N.º de ordem na FRD	Nome da pessoa										43	44
				33-34	35	36	37-38	39-40	41	42	43	44
									X			
2. Que esteve fazendo a maior parte da SEMANA PASSADA?				2	3i. trabalhou horas extras na SEMANA PASSADA?							
1 <input type="checkbox"/> Trabalhando..... T) 2 <input type="checkbox"/> Tem emprego mas não está trabalhando..... TE) 3 <input checked="" type="checkbox"/> Procurando trabalho..... PT (Siga 3) 4 <input type="checkbox"/> Afazeres domésticos..... AD) 5 <input type="checkbox"/> Frequentando escola..... FE) 6 <input type="checkbox"/> Outra..... OT)				45	<input type="checkbox"/> Sim → 3j. incluiu essas horas no total de (registro em 3a) horas que me informou anteriormente? <input type="checkbox"/> Não ↓ <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Corrija 3a) } (Siga 3f)							
7 <input type="checkbox"/> Não pode trabalhar..... NP (Siga 7) (Especifique) (Motivo)					3l. deixou de trabalhar ou interrompeu o seu trabalho na SEMANA PASSADA por qualquer motivo como doença, feriado, falta de trabalho, etc.? <input type="checkbox"/> Sim → 3m. Anteriormente o senhor(a) me disse que trabalhou (registro em 3a) horas na SEMANA PASSADA. É este o número correto de horas depois DE DEDUZIR as horas que não trabalhou na SEMANA PASSADA? <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 6) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Corrija 3a) } (Siga 6)							
3. Além do que me informou anteriormente,..... fez alguma outra coisa na SEMANA PASSADA? (Leia a relação abaixo) 1 <input checked="" type="checkbox"/> Trabalhou?..... T (Siga 3a) 2 <input checked="" type="checkbox"/> Procurou (outro) trabalho? PT (Se em 2: T, siga 3a; 3 <input type="checkbox"/> Afazeres domésticos?..... AD TE, passe ao 4a; di- 4 <input type="checkbox"/> Frequentou escola?..... FE ferente de T, e TE, 5 <input checked="" type="checkbox"/> Não..... N) (passe ao 4)				3 46								
3a. Quantas horas..... trabalhou em todos os empregos na SEMANA PASSADA? horas { (Se 40 ou mais, passe ao 3g) (Se menos de 40, siga 3b)				3a 47	4. Embora não tenha trabalhado na SEMANA PASSADA,tem algum emprego ou negócio? <input type="checkbox"/> Sim (Siga 4a) <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 5. Se PT em 2 ou 3, passe ao 5a)							
3b. NORMALMENTE trabalha 40 horas ou mais por semana? <input type="checkbox"/> Sim → 3c. Por que..... não trabalhou o número normal de horas na SEMANA PASSADA? - <input type="checkbox"/> Não ↓ (Siga 6)				3b-3c 3d-3e 48-49	4a. Por que motivo..... faltou ao trabalho na SEMANA PASSADA? 1 <input type="checkbox"/> Doença 2 <input type="checkbox"/> Mau tempo 3 <input type="checkbox"/> Férias 4 <input type="checkbox"/> Greve 5 <input type="checkbox"/> Esperando novo emprego a começar dentro de 30 dias (Passe ao 5. Se PT em 2 ou 3, passe ao 5a) 6 <input type="checkbox"/> Fatores estacionais 7 <input type="checkbox"/> Outro (Especifique) (Siga 4b)							
3d. gostaria de trabalhar 40 horas ou mais por semana? <input type="checkbox"/> Sim → 3e. Há presentemente alguma razão que impeça..... de trabalhar 40 horas ou mais por semana? <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 6) <input type="checkbox"/> Sim (Especifique) <input type="checkbox"/> Não (Siga 3f)					4b. recebeu pagamento pelo tempo que ficou sem trabalhar na SEMANA PASSADA? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Conta própria } (Siga 4c)							
3f. tomou alguma providência nos últimos dois meses para conseguir outro trabalho ou trabalho adicional? 1 <input type="checkbox"/> Outro trabalho } (Passe ao 5a) 2 <input type="checkbox"/> Trabalho adicional } 3 <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 6)				3f 50	4c. Quantas horas trabalha por semana, REGULARMENTE, neste emprego?horas (Passe ao 6)							
3g. trabalhou em mais de um emprego ou para mais de um empregador na SEMANA PASSADA? <input type="checkbox"/> Sim → 3h. incluiu as horas desse(s) emprego(s) nas (registro em 3a) horas que me informou anteriormente? <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 3f) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Corrija 3a) } (Siga 3i)					5. tomou alguma providência para conseguir trabalho nos dois últimos meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim (Siga 5a) 2 <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 7)							

MORADOR DE 10 ANOS E MAIS

5a. Que fez nos dois últimos meses para conseguir trabalho (ou o trabalho que espera iniciar dentro de 30 dias)?	5a	6d. emprega (empregava) uma ou mais pessoas pagando em dinheiro ou bens? <input type="checkbox"/> Sim (Se CP em 6c corrija para E) <input type="checkbox"/> Não (Se E em 6c corrija para CP) (Siga 6f)	
1 <input type="checkbox"/> Consultou alguma agência pública de emprego?	5b	6e. tem carteira de trabalho assinada? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 6g)	6e-6f 72
2 <input type="checkbox"/> Consultou alguma agência particular de emprego?		6f. gostaria de ter um emprego de tempo integral recebendo o salário mínimo? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não (Por quê?) (PASSE AO 6h — SE "SR" EM 6c, PASSE AO 7)	
3 <input type="checkbox"/> Consultou diretamente a empregadores? (Siga 5b—Se quadriculas 1 ou 2 em 3f, passe ao 6)		6g. Quanto ganha (ganhava) NORMALMENTE por semana neste emprego? Cr\$. (Somente em dinheiro) Cr\$. (Além de uma parte em bens) <input checked="" type="checkbox"/> Pagamento unicamente em bens (Especifique) (Siga 7)	6g-6h 73-74
4 <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu a anúncios?		6h. Quanto é (era) o ganho líquido mensal que tem (tinha) nesse negócio ou profissão? Cr\$. (Siga 7)	
5 <input type="checkbox"/> Consultou amigos ou parentes?	5c	7. tem alguma renda (além da citada anteriormente)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se "Não" em 5 ou "Nada" em 5a, passe ao 8 — Nos demais casos encerre a entrevista)	7-7a 75-76
6 <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....	5d	7a. Qual o valor mensal dessa renda que tem? Cr\$. (Somente em dinheiro) Cr\$. (Além de uma parte em bens) <input checked="" type="checkbox"/> Únicamente bens (Especifique) (SE "NÃO" EM 5 OU "NADA" EM 5a, SIGA 8 — NOS DEMAIS CASOS ENCERRE A ENTREVISTA)	
7 <input type="checkbox"/> Nada (Passe ao 7)	5e	8. pretende procurar qualquer tipo de trabalho nos próximos 12 meses? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Passe ao 8b) <input type="checkbox"/> Talvez	8-8a-8b 77-78
5b. Quando foi a última vez que tomou a(s) providência(s) indicada(s)? Data...../...../..... (Siga 5c) (Dia) (Mês) (Ano)	56	8a. Por que não está procurando trabalho agora? (Passe ao 8c)	
5c. Há quantas semanas vem procurando trabalho (ou o trabalho que espera iniciar dentro de 30 dias)?semanas (Siga 5d)	57	8b. Por que não pretende procurar trabalho? (Siga 8c)	
5d. está procurando emprego (ou esperando novo emprego a começar dentro de 30 dias) para trabalhar em regime de: 1 <input type="checkbox"/> Tempo integral? 2 <input type="checkbox"/> Tempo parcial? } (Siga 5e)	58	8c. trabalhou anteriormente em um emprego ou atividade regular? <input type="checkbox"/> Sim → Sd. Quando deixou o último emprego?/...../..... (Nos últimos (Mês) (Ano) 5 anos) (Siga 8e) <input type="checkbox"/> Não (Encerre a entrevista) <input type="checkbox"/> Há mais de 5 anos (Encerre a entrevista)	8c-8d 79
5e. Quando trabalhou pela última vez em um emprego ou negócio que durou duas semanas consecutivas ou mais?/..... (Nos últimos 5 anos) (Mês) (Ano) <input type="checkbox"/> Há mais de 5 anos <input type="checkbox"/> Nunca trabalhou (Siga 5f)	59	8e. Por que deixou esse último emprego? (Retorne ao 6 e descreva o emprego em 6a, 6b, 6c e 6d)	8e 80
5f. Que espécie de trabalho está procurando (ou esperando iniciar dentro de 30 dias)? (Siga 5g)	60		
5g. Há alguma razão particular para que não aceite um emprego agora? <input checked="" type="checkbox"/> Sim (Especifique) <input type="checkbox"/> Não (SIGA 6 — SE A RESPOSTA EM 5e FÔR "HÁ MAIS DE 5 ANOS" OU "NUNCA TRABALHOU", PASSE AO 7)	61		
6. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO	62		
6a. Que espécie de trabalho tem (tinha)? (Siga 6b)	63		
6b. A que classe de atividade corresponde esse trabalho? (Siga 6c)	64		
6c. é (era)	65		
1 <input type="checkbox"/> Empregado PARTICULAR..... P } (Passe ao 6e)	66		
2 <input type="checkbox"/> Empregado PÚBLICO..... G } (Siga 6d)	67		
3 <input type="checkbox"/> EMPREGADOR..... E } (Siga 6d)	68		
4 <input type="checkbox"/> Trabalhador por CONTA PRÓPRIA..... CP } (Siga 6d)	69		
5 <input type="checkbox"/> Trabalhador familiar SEM REMUNERAÇÃO..... SR (Passe ao 6f)	70		

QUESTIONÁRIO PNAD-1979

N.º DE ORDEM DA PESSOA ENTREVISTADA 3	
NOME DA PESSOA ENTRE-VISTADA DE 10 ANOS E MAIS:	
1 UMA SEMANA DE 22 A 28 DE OUTUBRO 01 <input type="checkbox"/> Trabalhador 02 <input type="checkbox"/> Tinha trabalho mas não trabalhou PROCUPIANDO TRABALHO 03 <input type="checkbox"/> Já trabalhou 04 <input type="checkbox"/> 1.ª vez APOSENTADO 05 <input type="checkbox"/> RURAL 06 <input type="checkbox"/> Outros	2 PARA PESSOA QUE TINHA TRABALHO NA SEMANA DE 22 A 28 DE OUTUBRO (Questão 1 - código 01 ou 02) 1 <input type="checkbox"/> Empregado 2 <input type="checkbox"/> Conta própria 3 <input type="checkbox"/> Empregador 4 <input type="checkbox"/> Não remunerado
3 PROCURA DE TRABALHO 1 <input type="checkbox"/> Procurou no trabalho no período de 1.º de setembro a 31 de outubro para conseguir trabalho 2 <input type="checkbox"/> Consultou agência ou sindicato 3 <input type="checkbox"/> Consultou empresa, gadores, empregador ou colega 4 <input type="checkbox"/> Procurou e conseguiu 5 <input type="checkbox"/> Não procurou	4 OCUPAÇÃO QUE EXERCEU NA MAIOR PARTE DA SEMANA DE 22 A 28 DE OUTUBRO 1 <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu anúncio 2 <input type="checkbox"/> Recebeu proposta 3 <input type="checkbox"/> Não fez 4 <input type="checkbox"/> Prejudicado
5 ONDE EXERCEU 1 <input type="checkbox"/> Atividades do Estabelecimento ou Negócio 2 <input type="checkbox"/> Tipo do local do trabalho 3 <input type="checkbox"/> Código	6 QUANTAS HORAS TRABALHA HABITUALMENTE POR SEMANA 1 <input type="checkbox"/> Não trabalha 40 horas ou mais 2 <input type="checkbox"/> Não encontra 3 <input type="checkbox"/> Não pode 4 <input type="checkbox"/> Não pensou 5 <input type="checkbox"/> Não quer
PARA PESSOA QUE TINHA TRABALHO NA SEMANA DE 22 A 28 DE OUTUBRO (Questão 1 - código 01 ou 02)	
7 PARA EMPREGADO (Questão 6 - código 1) 1 <input type="checkbox"/> Até 5 2 <input type="checkbox"/> 6 ou mais 3 <input type="checkbox"/> Prejudicado	8 PARA EMPREGADOR (Questão 6 - código 3) 1 <input type="checkbox"/> Nenhuma 2 <input type="checkbox"/> Até 2 3 <input type="checkbox"/> 3 a 5 4 <input type="checkbox"/> 6 ou mais 5 <input type="checkbox"/> Prejudicado
9 PARA CONTA PRÓPRIA OU PARA CONTA PRÓPRIA, EMPREGADOR E NÃO REMUNERADO (Questão 6 - código 2, 3 ou 4) 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Prejudicado	10 QUANTAS PESSOAS NÃO REMUNERADAS O(A) AJUDAM COM O TRABALHO DOMÉSTICO (Questões 4 e 6) 1 <input type="checkbox"/> Nenhumas 2 <input type="checkbox"/> Até 2 3 <input type="checkbox"/> 3 a 5 4 <input type="checkbox"/> 6 ou mais 5 <input type="checkbox"/> Prejudicado
RENDIMENTOS PROVENIENTES DE TRABALHO E OUTRAS RECEITAS	
11 ITEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSIDUAL EMPREGADOR 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não é empregado	12 RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO DOS QUESITOS 4 A 6 Cr\$ Para fixa Cr\$ Para variável EM DINHEIRO 3 <input type="checkbox"/> Não remunerado 2 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios
13 RENDIMENTO MENSAL DE OUTROS TRABALHOS QUE TEM NA SEMANA DE 22 A 28 DE OUTUBRO Cr\$ Para fixa Cr\$ Para variável EM PRODUTOS OU MERCADORIAS 4 <input type="checkbox"/> Não remunerado 2 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios	14 PARA PESSOAS COM CÓDIGO 1 NO QUESITO 11 1 <input type="checkbox"/> Não tem qual? Cr\$ Aposentadoria ou pensão 2 <input type="checkbox"/> Não tem Cr\$ Emprego de capital 3 <input type="checkbox"/> Cr\$ Despesa ou mensalidade 4 <input type="checkbox"/> Cr\$ Aluguéis ou arrendamentos 5 <input type="checkbox"/> Cr\$ Outras receitas
PARA USO DO ORGÃO CENTRAL	
15 DE CONTRIBUÍDE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA 1 <input type="checkbox"/> Federal (EX-INPS; EX-IPASE; EX-SASSE) 2 <input type="checkbox"/> Estadual 3 <input type="checkbox"/> Municipal 4 <input type="checkbox"/> Não é	16 PARA TODAS AS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS 1 <input type="checkbox"/> Número total de rendas 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
OBSERVAÇÕES	

BIBLIOGRAFIA

- 1 - Jelin, Elizabeth - *Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador*, CEBRAP 9, São Paulo, 1974.
- 2 - Kowarick, Lucio - *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- 3 - Leite Lopes, José Sérgio - *Notas Críticas ao Desemprego e Subemprego no Brasil*, janeiro/1976 - Museu Nacional Rio de Janeiro.
- 4 - - - - - e Machado da Silva, Luiz Antônio - Introdução: Estratégia de trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos em Mudança Social no Nordeste - Estudos sobre Trabalhadores Urbanos, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- 5 - Machado da Silva, Luiz Antônio - *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*, Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1971 (mimeo).
- 6 - Salm, Cláudio e O'Brien, F.S. - Desemprego e Subemprego no Brasil, *Revista Brasileira de Economia*, 24 (4); out/dez 1970, Rio de Janeiro.
- 7 - Souza, Paulo Renato, *Salário e Mão-de-Obra Excedente*, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, Campinas, 1978.
- 8 - - - - - e Tokman, V.E., El Setor Informal Urbano en América Latina. *Revista Internacional del Trabajo* CXIV (3) noviembre/diciembre 1978.
- 9 - Souza, P. R. e Tokman, V. E., Distribución del Ingreso, Pobreza y Empleo en áreas urbanas. *El Trimestre Económico*, México DF - Abril-janeiro-1978.